



# DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº.35

QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1990

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 36ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1990

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

**1.2.1 — Discursos do Expediente**  
DEPUTADO PAULO PAIM — Livre negociação salarial.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Solicitando da Mesa esclarecimentos quanto ao número de medidas provisórias em tramitação no Congresso.

DEPUTADO ANTERO DE BARROS — Conflito pela posse de terra nos Municípios de Peixoto de Azevedo e de Sinop.

O SR. PRESIDENTE — Resposta à solicitação do Sr. Bonifácio de Andrada.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Razões que induziram S. Ex<sup>a</sup> a apresentar projeto de lei, que cria o Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão e determina outras providências.

DEPUTADO ELIAS MURAD — Prevenção às drogas.

DEPUTADO LUIZ SALOMÃO — Liberalização da política salarial.

DEPUTADO LÉZIO SATHLER — Apelo em favor dos assistentes sociais.

DEPUTADO CARLOS VINAGRE — Preservação das ZPE.

DEPUTADO FÉRES NADER — Situação do DNER e dos seus servidores.

##### 1.2.2 — Parecer

— Proferido pelo Sr. Mário Lima sobre a admissibilidade da Medida Provisória

nº 185/90, que dispõe sobre a interposição de recursos nos dissídios coletivos e a concessão de efeito suspensivo.

##### 1.2.3 — Requerimento

— Nº 1.610/90-CN, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitando prorrogação por mais 60 dias do prazo concedido, para apresentar suas conclusões. **Aprovado.**

##### 1.2.4 — Comunicação da Liderança dos Pequenos Partidos

— Referente à alteração na composição da Comissão Temporária do Código de Defesa do Consumidor.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 178, de 17 de abril de 1990, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como Dívida Ativa da União. (Apreciação preliminar da Constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

Medida Provisória nº 182, de 23 de abril de 1990, que dispõe sobre a hipótese nas quais é vedado o deferimento de medidas cautelares, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum.**

Medida Provisória nº 179, de 17 de abril de 1990, que altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências. **Discussão encerrada** após parecer favorável nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 35/90, ficando a votação adiada por falta de **quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989, (nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados), que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências". **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que "prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei 7.770, de 11 de maio de 1989". **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências". **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 1990, que "dispõe sobre a transferência no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências". **Votação adiada por falta de quorum.**

**1.3.1 — Comunicação da Presidência**  
Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO  
2 — ATA DE COMISSÃO

<b>EXPEDIENTE</b>	
<b>CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PASSOS PORTO</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>AGACHEL DA SILVA MAIA</b> Diretor Executivo <b>CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA</b> Diretor Administrativo <b>LUIZ CARLOS DE BASTOS</b> Diretor Industrial <b>FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA</b> Diretor Adjunto	<b>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</b> Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal  <b>ASSINATURAS</b>  Semestral ..... Cr\$ 1.069,00  Tiragem 2.200-exemplares.

## Ata da 36ª Sessão Conjunta, em 16 de maio de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Nelson Carneiro e Iram Saraiva*

**ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.**

Carlos De'Carli — Aureo Mello — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edson Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benedites — Carlos Alberto — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Ramundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmom — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Mata-Machado — Alfredo Campos — Ronam Tito — Severo Gomes — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Afonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Alberto Hoffmann — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**E OS SRS. DEPUTADOS:**

### Acre

Narciso Mendes — PFL; Nosser Almeida — PDS.

### Amazonas

José Fernandes — PST.

### Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PTR; Francisco Sales — PRN; José Gue-

des — PSDB; Raquel Cândido — PDT, Rita Furtado — PFL.

### Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PRN; Domingos Juvenil — PMDB; Eitel Rodrigues — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Jorge Arbage — PDS.

### Tocantins

Ary Valadão — PDS; Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB

### Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; José Carlos Sabóia — PSB; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PDT.

### Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Mussa Demeas — PFL; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB.

### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; César Cals Neto — PSD; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PST; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Lúcio Alcântara — PDT; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PSDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimen-

tel — PDT; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

### Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PRN; Flávio Rocha — PRN; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Ibetê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PST; Ney Lopes — PFL.

### Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PRN

### Pernambuco

Cristina Tavares — PDT; Egidio Ferreira Lima — PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Gonzaga Patriota — PDT; Harlan Gadelha — PMDB; Horacio Ferraz — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; Jose Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PCB; Salatuel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB

### Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Costa — PSDB; Renan Calheiros — PRN; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansangão — PFL

### Sergipe

Cleonáncio Fonseca — PRN; Djenal Gonçalves — PMDB; Jose Queiroz — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL

**Bahia**

Abigail Feitosa — PSB; Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Sant'Anna — PMDB; Celso Dourado — PSDB; Domingos Leonelli — PSB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB, Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL, Joaci Góes — PSDB; João Alves — PFL, João Carlos Bacelar — PMDB; Jorge Hage — PDT; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Luiz Vianna Neto — PMDB; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PFL; Miraldo Gomes — PDC, Murilo Leite — PMDB, Sérgio Brito — PDC, Waldeck Ornélas — PFL

**Espirito Santo**

Jones Santos Neves — PL; Lezio Sathler — PSDB; Lurdinha Savignon — PT; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB, Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Stélio Dias — PFL

**Rio de Janeiro**

Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB, Arolde de Oliveira — PFL; Artur da Távola — PSDB, Benedita da Silva — PT; Brandão Monteiro — PDT; César Maia — PDT, Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Fábio Raunheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Francisco Dornelles — PFL; Jayme Campos — PRN; José Carlos Coutinho — PDT; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysáneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Sabrá — PRN, Osmar Leitão — PFL; Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Augusto — PTB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB, Sandra Cavalcanti — PFL, Simão Sessim — PFL, Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT

**Minas Gerais**

Alofio Vasconcelos — PMDB; Álvaro Antônio — PRS; Alysso Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSB; Chico Humberto — PST, Christóvam Chiaradia — PFL, Dálton Canabrava — PMDB, Elias Murad — PSDB; Humberto Souto — PFL, Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PSR, José da Conceição — PRN; José Geraldo — PL, José Santana de Vasconcelos — PFL; José Ulisses de Oliveira — PRN; Lael Varella — PFL, Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB, Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PRN, Maurício Campos — PL; Mello Reis — PRS; Milton Lima — PMDB; Octávio Elísio — PSDB, Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada

— PRS; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PSR; Roberto Vital — PRN; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PSDB; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PSDB.

**São Paulo**

Adhemar de Barros Filho — PRP; Afif Domingos — PL; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Airton Sandoval — PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB, Antônio Salim Curriati — PDS; Aristides Cunha — PDC; Arnaldo Faria de Sá — PRN; Arnold Fioravante — PDS; Bete Mendes — PSDB; Caio Pompeu de Toledo — PSDB; Cardoso Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Dirce Tutu Quadros — PMDB; Doreto Campanari — PMDB, Eduardo Jorge — PT; Fábio Feldmann — PSDB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT, Francisco Amaral — PMDB; Gastone Right — PTB, Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Guercindo Milhomem — PT, Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jayme Paltarin — PTB; João Rezek — PMDB; José Camargo — PFL, José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PT do B; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Nelson Seixas — PSDB; Paulo Zazur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB, Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goias**

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jalles Fontoura — PFL, João Natal — PMDB, José Gomes — PRN; Luiz Soyer — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Tarzan de Castro — PDT.

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PTR; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Márcia Kubitschek — PRN; Maria de Lourdes Abadia — PSDB, Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

**Mato Grosso**

Antero de Barros — PT; Joaquim Sucena — PTB; Ubiratan Spinelli — PLP

**Mato Grosso do Sul**

Plínio Martins — PSDB; Rosário Congro Neto — PSDB; Valter Pereira — PMDB.

**Paraná**

Airton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Antônio Ueno — PFL; Basilio Villani — PRN; Borges da Silveira — PDC; Darcy Deitos — PSDB; Euclides Scalco — PSDB; Gilberto Carvalho — PFL; Hélio Duque — PDT; José Carlos Martinez — PRN; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PSDB; Maurício Nasser — PTB; Max Rosenmann — PRN, Nelton Friedrich — PDT; Nilso Sguarezi — PMDB; Osvaldo Maaço — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB, Renato Johnsson — PRN; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT; Waldyr Pugliesi — PMDB

**Santa Catarina**

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenr Werner — PDS; Cláudio Ávila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Kuster — PSDB; Henrique Córdova — PDS, Ivo Vanderlinde — PMDB; Paulo Macarini — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB; Walmore de Luca — PMDB

**Rio Grande do Sul**

Adylson Motta — PDS, Amaury Muller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zanetti — PSDB; Ibsen Pinheiro — PMDB, Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; Júlio Costamilan — PMDB, Lélio Souza — PMDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB, Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PTB; Paulo Paim — PT; Ruy Nedel — PSDB, Tarso Genro — PT; Telmo Kirst — PDS, Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Annibal Barcellos — PFL, Eraldo Trindade — PFL, Geovani Borges — PRN.

**Roraima**

Chagas Duarte — PDT; Mozarildo Cavalcante — PFL; Ottomar Pinto — PTB.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 362 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declara aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congregista Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM (PT — RS.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para surpresa, diria de quase toda esta Casa, chegamos a notícia de que o Governador acaba de criar a figura da livre negociação.

Sr. Presidente, livre negociação em plena recessão, é um enorme crime contra a classe trabalhadora deste País. O Governo não vai nem mais prefixar qual será o aumento dos salários.

Na verdade, ele está prefixando que o aumento dos salários será menos zero; porque livre negociação em plena recessão significa redução salarial. O que se está vendo, hoje, são os empregadores, na livre negociação, exigirem a redução de salários.

Sr. Presidente, isto é jogar os trabalhadores às feras, é jogar os trabalhadores aos leões e é um oportunismo de primeira linha da equipe do Governo Collor, que não quer, neste momento, sofrer o ônus de prefixar um aumento de salário igual à inflação. Como tinham que prefixar um aumento de salário correspondendo à inflação de abril, ou à inflação anterior, que foi 88%, ou a de 44%, eles vão prefixar um aumento de salário em zero, porque seria uma vergonha, também, fixar em 1 ou 2%.

Sr. Presidente, esta Casa está sendo mexida em seus brios, e eu tenho certeza — ou quero ter a certeza — de que esta Casa vai reagir, porque é inadmissível o que está acontecendo. Está-se fazendo uma brincadeira com o País, e o Congresso Nacional, para não cair no ridículo e no desgaste, a nível nacional, vai ter que tomar uma posição. Neste sentido, Sr. Presidente, a nossa sugestão é que votemos a proposta de política salarial, que a Mesa já tem em mãos e que foi, inclusive, aprovada pela Comissão do Trabalho.

Neste momento, mais do que nunca, temos que dar uma resposta, senão levaremos ao massacre, à miséria absoluta, milhões e milhões de trabalhadores.

E gostaria que o Governo Collor, hoje, aqui da tribuna, pela sua Liderança, respondesse a essa nossa interpelação. O que foi feito em dois meses neste País, não aconteceu nem na pior recessão ocorrida entre 1981 e 1983, em dois anos. Naquela época, tivemos cerca de um milhão de perdas de empregos, mas continuamos com um política salarial. Com dois meses, temos um milhão a menos de empregos, e, agora, aponta para a livre negociação, que é um absurdo.

Sr. Presidente, para complementar o raciocínio, vai ser lido, hoje, o parecer do Deputado Mário Lima sobre a Medida Provisória nº 185, que, mais uma vez, buscou, por obra também do Governo Collor de Mello, o efeito suspensivo, instrumento usado no tempo da ditadura, e que este Congresso Nacional tinha revogado, mediante um projeto que veio da Comissão do Trabalho.

Conheço o Deputado Mário Lima, do PMDB, a sua origem na área sindical. No meu entendimento, S. Exª vai matar na preliminar essa Medida, não a considerando nem urgente, nem relevante. Conseqüentemente, as decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, que estão todas concedendo os 84,32%, serão consumadas e os empregadores não poderão recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, mais do que nunca o parecer do Deputado Mário Lima terá que ser aprovado nesta Casa. Uma vez que eles partirão para a livre negociação, pelo menos os Tribunais Regionais do Trabalho poderão obrigar os empregadores e o próprio Governo a pagar a inflação de março, de abril, de maio e as outras que virão e que não serão pagas, mediante a Medida que o Governo está tomando hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** (PDS — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, pediria a V. Exª me informasse quantas Medidas Provisórias, além dessas três, estão na Casa para serem postas em discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Secretaria informará a V. Exª dentro de minutos.

Neste interregno, a Mesa concede a palavra ao nobre Congressista Antero de Barros.

**O SR. ANTERO DE BARROS** (PT — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna, hoje, para denunciar a violência que acontece no campo brasileiro.

Estou vindo de um grande ato público em Terra Nova do Norte, Município de Peixoto de Azevedo, porque, no último dia 26, 24 famílias de posseiros que estão na região, na Gleba União, nesse Município, 24 famílias de posseiros, repito, tiveram suas residências invadidas, suas casas queimadas, suas plantações destruídas pelos jagunços do latifúndio, comandados por um suposto proprietário, Francisco Ferreira da Silva; e o que é pior, acompanhados pela Polícia Civil do Município de Terra Nova do Norte, que prendeu e torturou trabalhadores. Foi torturado o posseiro Raimundo Barbosa Nunes; e quando o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peixoto de Azevedo, o Sr. Antônio Aparecido Boter, foi reclamar, também foi submetido a uma violenta prática de torturas.

Então, estamos trazendo o assunto ao conhecimento do Congresso Nacional, para denunciar a prática da Polícia Civil e para denunciar, também, a falta de vontade política do Governo Federal em fazer a reforma agrária.

Essas 24 famílias de posseiros estão na região há mais de 10 anos, e não é justo que esses posseiros sejam expulsos da terra, escoreçados por proprietários de fatifúndio, numa área de mais de 20 mil hectares.

Outro assunto, Sr. Presidente, que faço questão de trazer também como denúncia: 64 famílias de posseiros, na área denominada Fazenda Nazaré, no Município de Sinop, no Estado de Mato Grosso, também foram expulsas, no último final de semana, de suas terras, atendendo a determinação judicial.

Essa área da Fazenda Nazaré é de mais de 47 mil hectares de terras improdutivas e é evidente que essas 64 famílias ocupam apenas uma parte dela.

Esses são os dois assuntos relacionados à terra que desejava trazer a este Congresso Nacional.

Finalizando, Sr. Presidente, pediria a atenção de V. Exª, porque o assunto se refere a uma omissão da Mesa do Congresso Nacional e gostaria de quiver uma resposta de V. Exª

No dia 4 de outubro de 1989 apresentei à Mesa do Congresso Nacional uma informação. Estive no Município de Comodoro, em Mato Grosso, e lá constatei que, na reserva indígena dos Nambiquaras, está-se construindo uma usina hidroelétrica, no rio Doze de Outubro.

A Constituição brasileira é clara: para se construir uma usina hidroelétrica em área indígena tem que se ter a aprovação do Congresso Nacional.

Relatei os fatos a V. Exª, Sr. Presidente, no dia 4 de outubro de 1989. Diante da demora de posicionamento do Congresso Nacional, no dia 4 de novembro de 1989 encaminhei, por escrito a V. Exª, pedido de informações.

Sr. Presidente, peço a atenção de V. Exª, porque estou-me referindo a uma questão muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Estou ouvindo V. Exª

No dia 4 de novembro de 1989, V. Exª levantou a questão. Acontece que V. Exª a levantou perante o Congresso Nacional e o Congresso não pode ter a iniciativa. V. Exª deveria ter levantado esta questão na Câmara dos Deputados, pois aí teria, a mesma, o curso normal. A matéria não é da competência do Congresso Nacional.

**O SR. ANTERO DE BARROS** — Vou encerrar meu pronunciamento dizendo que, no dia 4 de novembro de 1989, encaminhei a V. Exª a mesma denúncia e, até hoje, não obtive nenhuma resposta. A Constituição brasileira diz, na Seção I — Do Congresso Nacional, que é preciso dele ter a aprovação, razão pela qual entrei com ofício dirigido a V. Exª na Procuradoria-Geral da República.

Neste momento eles continuam insistindo em fazer uma usina hidrelétrica, privada, em área indígena, atropelando a Constituição e atropelando, não a Câmara, mas uma atribuição do Congresso Nacional, instituição da qual V. Exª é o Presidente.

Desta forma, reafirmo a denúncia e gostaria de merecer uma resposta por escrito, uma resposta oficial do Congresso Nacional, sobre este assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Mesa pode informar ao nobre Congressista Bonifácio de Andrada que, além das Medidas Provisórias que figuram na Odem do Dia, estão em andamento no Congresso as Medidas Provisórias nºs 183, 184 e 185. As Medidas nºs 180 e 181 foram retiradas.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Congressista José Tavares.

**O SR. JOSÉ TAVARES** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na condição de um modesto Deputado (não apoiado!) que foi autor do projeto de lei, aprovado pela Câmara, através do voto de todos os líderes, por unanimidade, que cria o **Diário do Congresso Nacional**, de segunda a sexta-feira, com duração de dez minutos em rede nacional, gostaria de fazer a seguinte colocação: o que me motivou a apresentar esse projeto foi, creio eu, o que deve ter motivado a consciência de todos os Congressistas, o fato de assistirmos diariamente esta Casa ser atacada, ser agredida, ser injuriada, ser vilipendiada por inúmeros veículos de comunicação, tanto via rede de televisão, como via grande imprensa. Como membro deste Parlamento, de maneira alguma, como a sua maioria esmagadora, contribuí para que essa imagem estivesse lá fora, tão agredida, como não podia, de maneira alguma, Sr. Presidente, continuar indiferente a tudo isso.

Qual o caminho que um Deputado, um Senador tem para se contrapor a essa escalada de críticas, na maioria das vezes injustas, contra o Congresso Nacional? É o que diz a Constituição e os Regimentos da Câmara e do Senado. Valendo-me dessa condição de Parlamentar, refleti demoradamente e formulei esse projeto, que apresentei à análise da Câmara dos Deputados.

Não apresentei isoladamente. Apresentei, também, no mesmo instante, um outro que moraliza a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ao reduzir o espaço de participação dos Partidos nos programas de televisão para divulgação dos programas partidários e dos estatutos.

No entanto, Sr. Presidente, o que tem acontecido? O que vem acontecendo? A grande imprensa tem batido impiedosamente na aprovação, por parte da Câmara, de apenas um dos dois projetos. Ela omite à Nação brasileira a iniciativa deste mesmo Parlamentar que quer moralizar o acesso à televisão através dos Partidos políticos, para evitar que um “seu Antônio Pedreira da vida”, um “seu Armando Correia da vida”, um “Marrozinho da vida” constituam um partido de mentira, que felizmente o TSE já extinguiu, e depois venda o seu horário partidário para qualquer candidato, como aconteceu nas últimas eleições presidenciais.

Sr. Presidente, por que a grande imprensa só bate no projeto que cria o **Diário do Congresso Nacional** e omite o outro que é absolutamente moralizador?

Quero dizer que não tenho nada contra nem foi este o meu objetivo as redes de televisão. Apresentei este projeto consciente de que estava e estou prestando um serviço à democracia para defender esta instituição,

sobretudo das injustiças de que tem sido vítima.

Além do fato de omitirem o segundo projeto que apresentei no mesmo instante e o tornei público porque levei a cópia dos dois projetos pessoalmente ao Comitê de Imprensa do Congresso Nacional, causa-me estranheza o que aconteceu ontem, aqui, na sessão da Câmara: Deputado que assoma à tribuna para contrariar o projeto, é veiculado em rede nacional, por uma das emissoras que se julga atingida. Deputado que vem aqui defender o projeto não sai sequer o seu nome no mesmo espaço.

Então, o que está acontecendo, Sr. Presidente? Como podemos aceitar a justificativa de que o Congresso não precisa de um espaço específico para mostrar os seus trabalhos, quando a televisão é parcial? A maior prova disto é o que aconteceu na sessão de ontem da Câmara: o Deputado Amaral Netto ocupou a tribuna, e cito o seu nome, para dizer que era contra o projeto, porque o mesmo não passou aqui, na Casa, pelos trâmites normais.

Ora, Sr. Presidente, esta fala foi em rede nacional para todo o Brasil, só que S. Ex<sup>a</sup> não disse que estava presente à reunião dos Líderes quando concordou com a inclusão daquele projeto na pauta para votação.

Sr. Presidente, continuo sem saber o que fazer, porque o que me cabe, regimentalmente e legalmente como parlamentar, é formular o projeto, e eu o fiz. A **Rede Globo**, através de um seu preposto, está dizendo que vou causar um prejuízo de 30 milhões de dólares por mês para o País. Pergunto: como vou causar esse prejuízo à Nação brasileira, sendo que a concessão para a utilização de canais de rádio e de televisão é do Poder Público? E o Congresso Nacional, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, já dispõe de todo o equipamento necessário para a geração desse programa, porque o adquirimos quando da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, para poder gerar o programa “Diário da Constituinte.” Temos, e V. Ex<sup>a</sup> também sabe, profissionais, jornalistas qualificados para produzir esse programa. E temos também, Sr. Presidente, matérias e mais matérias, trabalhos e mais trabalhos, projetos e mais projetos para serem divulgados à sociedade brasileira.

Hoje virou moda dizer à opinião pública que sinônimo de trabalho aqui dentro é o plenário cheio, e sabemos que isso não é mais verdade depois da nova Constituição. Trabalha-se aqui no plenário, nas Comissões e fora daqui. O Parlamentar trabalha em todos os lugares. Confesso que nunca vi uma classe de homens que trabalha tanto quanto os políticos. E hoje, é a mais desmoralizada, perante a opinião pública.

E de que maneira vamos restabelecer esta verdade perante a sociedade brasileira, já que vivemos da respeitabilidade dos cidadãos? Através de espaço oferecido gentilmente pelas redes de televisão e pelos jornais? Absolutamente. Não creio que seja desta forma. Estou absolutamente convencido de que desta maneira não vamos, de forma alguma, resga-

tar um mínimo sequer da respeitabilidade deste Poder.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> e aos Parlamentares aqui presentes: Onde é que estão as televisões que cobrem os trabalhos do Congresso Nacional? Quais foram as sessões do Congresso que a televisão cobriu, a não ser aquelas em que discutimos as Medidas Provisórias? Qual foi o dia, Sr. Presidente, em que este Deputado e a maioria dos Parlamentares aqui presentes foram entrevistadas pelas redes de televisão e de rádio, ou por qualquer grande jornal, para divulgar um só projeto que apresentamos aqui em grandes quantidades?

Então, não é possível. V. Ex<sup>a</sup> me perdoe, não sou candidato à reeleição. Por isso mesmo, Sr. Presidente, me convenci de que a maior contribuição que eu poderia deixar ao Congresso Nacional era um espaço mínimo para que ele pudesse mostrar à sociedade brasileira o que ele faz de bom e também o que ele faz de ruim, mas só se mostra deliberadamente o que esta Casa tem feito de ruim.

Todos os Poderes fazem coisas boas e coisas ruins, mas este pobre Poder Legislativo, na concepção popular, só faz coisa que não presta.

Há uma rede de televisão que chegou até a instituir um quadro de gracinhas deste Parlamento, como forma de desmoralização desta Casa. Um jornal, em determinado momento da História, chegou a compor uma fotografia colocando em cima da Câmara um circo. E tudo isso este Deputado denunciou na época certa. Nenhuma providência foi tomada.

Daf a razão, Sr. Presidente, amarguradamente, amadurecidamente, refletidamente, de eu ter apresentado este projeto.

E eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, que serve para ser meu pai, pois tenho a metade da idade de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> tem 80 anos e eu tenho 40. Eu gostaria, em nome da sua história, do seu passado, da sua vida exemplar de homem público, que V. Ex<sup>a</sup> refletisse sobre esses fatos. É muito sério, Sr. Presidente, o que está acontecendo.

Pergunto, por exemplo: por que a **Rede Globo** não me entrevista, como autor do projeto? Por que não tenho o direito de mostrar à Nação brasileira as razões que me levaram a apresentar este projeto? Por que só entrevistam Parlamentares contrários ao projeto? Por que não me dão esse direito, Sr. Presidente? Não sei! Não sei, e gostaria que a própria **Rede Globo** respondesse.

Portanto, ficam aqui estas palavras de reflexão de um modesto Deputado de segundo mandato, que não vai concorrer à reeleição, como modestíssima contribuição para ver este Poder, que para mim é o mais sério da República, recuperado em sua dignidade perante a sociedade brasileira. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Mesa não pode deixar de consignar o seu pesar pela declaração que acaba de ser feita pelo nobre Deputado José Tavares. A sua decisão de não concorrer à eleição não

só prejudica a representação de seu Estado como a sua presença no Congresso Nacional.

No que couber à Presidência do Congresso, ela tomará as providências para que o prestígio e o bom nome desta Casa sejam respeitados por todos os órgãos de circulação deste País. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

**O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos viram pela televisão o Presidente Fernando Collor vestido com uma camisa com o slogan: "Drogas, fora daqui". Isto depois de praticar um coo- per de cerca de 9 km.

São dois exemplos sugestivos, oriundos do chefe supremo desta Nação. O primeiro deles — a *camisa com a mensagem* — mostra a preocupação de Sua Excelência com um dos problemas mais importantes dos dias atuais: o uso de drogas, principalmente pelos jovens. O segundo, a saudável prática do esporte que, por sinal, é um dos fatores dos mais importantes na prevenção.

#### A Prevenção

Existem dois pontos fundamentais na cadeia epidêmica do abuso de drogas. Um é representado pela oferta da droga. Quanto mais fácil, farta, acessível e pronta for a oferta, maior será o número de pessoas atingidas e dispostas a consumi-la. A outra é a demanda, ou seja, a procura da droga, tanto mais pressionadora quanto maior for o número de usuários dependentes.

Portanto, nessa cadeia existe um fluxo normal de produção e fornecimento da droga que vai desde a oferta até a demanda, aliás como acontece com a maioria dos produtos de consumo. De onde se conclui que, para reduzir o abuso de drogas, deve-se atacar as duas extremidades da cadeia, isto é, diminuir a oferta — através do controle e da repressão — e reduzir a demanda — através da prevenção, do tratamento e da recuperação de usuários. Em síntese — num exemplo comparativo — enquanto existirem cerca de 50 milhões de americanos — e aqui incluo os sul-americanos — e europeus usando drogas como o cacauína e a maconha, existirão sempre bolivianos, peruanos, colombianos e até brasileiros dispostos a correr todos os riscos a fim de fornecê-la.

#### A Educação

A melhor arma que possuímos para reduzir a demanda é a educação preventiva. Jovens bem orientados — principalmente sob o ponto de vista científico — ao se verem diante da opção entre usar ou não drogas, provavelmente farão a opção correta. Se há uma linguagem que o jovem aceita bem é aquela da ciência. Daí a importância da informação científica nas escolas.

Foi pensando nisso que apresentamos, há pouco tempo atrás, um projeto de lei ao Congresso Nacional, estabelecendo o ensino científico sobre as drogas que provocam dependências em todos os cursos de 1º e 2º graus

das escolas do País e também nos cursos de formação de professores. No primeiro grau, junto com a disciplina de Ciências e, no segundo grau, no programa de Biologia. Quanto ao conteúdo, nos cursos de formação de professores, a finalidade é formar multiplicadores da mensagem científica aos jovens. Se esses multiplicadores — os professores — não forem por sua vez, bem preparados no setor não terão condições de levar as lições em bases científicas aos jovens estudantes.

Assim fez o Japão há tempos atrás, com excelentes resultados, como pude comprovar em recente viagem feita àquele país em um Seminário de Médicos Parlamentares, patrocinado pela ONU — Organização das Nações Unidas.

#### O Exemplo Maior

Agora, o Presidente Fernando Collor nos fornece o exemplo maior como chefe supremo desta Nação, utilizando um meio que ainda não se encontra suficientemente mobilizado nessa campanha, a mídia. Isto porque se, muitas vezes, a escola não chega à periferia e às regiões mais pobres das cidades e do interior, a televisão e a rádio chegam. Sua mensagem deve ter sido vista e ouvida por milhões de brasileiros.

No esporte também S. Exª tem dado o seu recado dentro do milenar aforisma **Mens sana in corpore sano** (Mente sã em corpo sã). Um jovem ligado ao esporte, entusiasmado pelas práticas esportivas, raramente tem sequer tempo para pensar em drogas. Se chegar a fazê-lo, isto inclusive, por certo, afetará o seu desempenho esportivo.

Não pertencem ao partido político do Presidente nem a nenhum dos outros que o apóiam. Sou de um partido de oposição. Mas isto não impede que apóie e elogie atitudes altamente positivas como essa. Por sinal, essa é a essência da democracia. A crítica construtiva, quando necessária e o apoio naquilo que julgamos ser importante à comunidade e à Pátria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Concedo a palavra ao nobre Congressista Roberto Cardoso Alves. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Salomão.

**O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é com perplexidade que recebemos a notícia, provida do Ministério da Economia, de que S. Exª a Ministra Zélia Cardoso de Mello acaba de anunciar a liberalização da política salarial, isto é, que a partir do dia de hoje a prefixação da correção dos salários é zero, e trabalhadores e patrões devem negociar os reajustes.

Essa medida, que poderia ser analisada num contexto de normalidade econômica, se apresenta como absurda numa conjuntura de recessão e de desemprego maciço em todos

os setores da economia. Talvez ela se justifique em função da situação sem saída em que o Governo se colocou, em face do anúncio de uma inflação no mês de abril de apenas 3,29%. Ao maquiá os índices, o Governo se colocou diante desse impasse político: fixar uma correção salarial de apenas 3 ou 4% e descontentar todos os assalariados deste País, ou simplesmente entregar de bandeja a cabeça da classe trabalhadora.

Com efeito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, negociar livremente com recessão é utilizar a tática do lobo e colocar os trabalhadores na situação mais cruel em que se poderiam situar nesta conjuntura.

Outra possibilidade é o interesse das autoridades econômicas em deflagrar um processo de greves em todos os setores, porque, diante dessa circunstância e com o efeito suspensivo dos recursos oferecidos ao Tribunal Superior do Trabalho, a classe trabalhadora não terá outra atitude, senão recorrer à greve, instrumento-limite para fazer valer os seus direitos.

É lastimável que uma medida dessa natureza, tomada sem consulta ao Congresso Nacional, seja anunciada, colocando, mais uma vez, a Nação em situação de perplexidade.

Era este o comentário que queria fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Concedo a palavra ao nobre Congressista Lezio Sathler.

**O SR. LEZIO SATHLER (PDS — ES.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, atividade das mais nobres e necessárias no conturbado mundo em que vivemos, profissão reconhecida penosa e desgastante, tanto do ponto de vista físico como emocional, a assistência social se destaca, pelos seus objetivos altamente humanitários em favor daqueles que se encontram em situação adversa no contexto de uma sociedade cada vez mais complexa. Representa, além disso, o exercício de uma carreira altruísta, cimentada e sedimentada em conhecimentos científicos e técnicos, que exige, igualmente, um firme e sólido arcabouço humanístico, já que tem como matéria-prima o Homem em sua essência de espírito e em sua contingência de ser.

Assim, como já foi dito, os valores básicos da assistência social não surgiram ao acaso ou aleatoriamente, mas estão arraigados nas crenças mais profundas e superiores que alimentaram a evolução positiva das civilizações. Por isso, se é verdade que somente após a primeira Guerra Mundial começou a ser reconhecida como ocupação profissional, a assistência social tem tido existência informal desde os primórdios da vida civilizada.

No Brasil, embora, desde 1957, a Lei nº 3.252 tenha regulamentado o exercício da profissão, devemos reconhecer que as nobilíssimas e ingentes tarefas dos assistentes sociais em favor de indivíduos e, de uma maneira muito especial, em favor das populações carentes, ainda são pouco conhecidas pela sociedade como um todo, e não têm

sidu devidamente valorizadas pelos setores governamentais competentes.

Efetivamente, esmagados por salários aviltantes e submetidos a condições insatisfatórias de trabalho, os assistentes sociais de todo o País estão a merecer um tratamento adequado e condizente com magnitude de seus atribuições, seja mediante uma revisão cuidadosa da situação funcional em que se encontra a carreira no serviço público ou junto às empresas particulares, seja no sentido da atualização da legislação que regulamenta o exercício profissional da categoria. Os dispositivos legais vigentes sobre a matéria — é importante ressaltar — já não atendem às exigências da classe, nem correspondem à realidade de nossos dias no campo do direito do trabalho.

Creio, dentro dessa moldura, na necessidade impostergável de que venha a ser aprimorada a estrutura funcional da profissão, estrutura que peca atualmente por uma flagrante inacequação e por contrariar os princípios essenciais da justiça social.

Na convicção, pois, de que a carreira do assistente social representa indiscutível fator de progresso e bem-estar, assim como vetor generoso de aproximação entre grupos e indivíduos, encareço as autoridades governamentais competentes o exame cuidadoso e criterioso da situação em que se encontra o exercício profissional da categoria, renovando minhas homenagens à valorosa classe reiterando minha palavra de fé no engrandecimento dessa atividade, em benefício do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Vinagre.

**O SR. CARLOS VINAGRE** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a aprovação, por acordo de lideranças, da Medida Provisória nº 142, de autoria do ex-Presidente José Sarney, sustenta a criação das Zonas de Processamento de Exportação de Rio Grande, no Rio Grande do Sul e Corumbá, no Estado de Mato Grosso, atendendo a uma justa aspiração dos dois Estados e abrindo novo caminho ao processo de desenvolvimento de duas regiões, uma das quais fronteira do Este, destinada a absorver e legalizar grande parte do comércio clandestino para o Paraguai.

Essa conduta parlamentar veio ao encontro do parecer apresentado pelo Senador Nabor Júnior, sobre a Medida Provisória nº 158 de 15 de março, que analisou, com a maior propriedade, as emendas que viabilizam a continuidade do programa de implantação e operação das ZPE que beneficiam, imediatamente, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Paraíba, Pará, Sergipe, Tocantins, Bahia, Amazonas, Pernambuco e Mato Grosso.

A revogação, pelo Governo, do Decreto-Lei nº 2.452, de 1988, dispondo sobre o regi-

me tributário, cambial e administrativo das ZPE, contendo uma drástica política de liberação do regime de importações, anula uma iniciativa de fundamental importância, num período de intensa crise, e visa a fortalecer o balanço de pagamentos, para redução dos desequilíbrios regionais e a promoção da difusão tecnológica.

A tal criação não contraria a política de liberação comercial, preconizada pelo novo modelo econômico, tanto mais quando vários países se vêm utilizando das ZPE para promover a abertura de suas economias, com a manutenção de níveis adequados de proteção à indústria nacional.

Justo e da maior importância o reexame da matéria, ansiosamente aguardada pelas comunidades empresariais, pelo povo e autoridades daqueles Estados, beneficiários de um novo e excelente instrumento para viabilizar o seu processo de desenvolvimento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Feres Nader.

**O SR. FERES NADER** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com o propósito de restabelecer o espírito da justiça com relação ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, particularmente para com os seus 13 mil funcionários na ativa, agora relegados a segundo plano, sinto-me na obrigação de alertar as autoridades do meu País para o drama vivido pelo órgão e seus servidores. O Departamento está sem recursos e, conseqüentemente, impossibilitado de cumprir a sua missão.

Existem, no País, quase 90 mil quilômetros de vias contruídas pelo DNER, das quais mais de 50 mil quilômetros pavimentados. As reclamações fluem de todas as direções. Sabe-se que o piso da ponte Rio-Niterói está irregular, que a Rio-São Paulo, Rio-Brasília, Vitória-Belo Horizonte, São Paulo-Curituba, Porto Alegre-Fronteira com a Argentina, Cuiabá-Porto Velho etc. têm trechos quase intransitáveis. Mas a causa não pode ser atribuída ao Departamento, que depende do Tesouro Nacional.

A despeito de seus baixos salários, os funcionários do DNER sempre procuraram realizar um trabalho de boa qualidade. Por isso, também não se conformam com o péssimo estado de alguns trechos rodoviários, produto da total falta de recursos para recuperá-los. Sentem, como todos os usuários das rodovias brasileiras, que este acervo de engenharia, que abriu espaços para o crescimento do País, fique entregue à sua própria sorte.

Não se pode olvidar a história do DNER, formada ao longo dos seus 52 anos de criação. Enquanto pôde expandir-se, realizou 50.162 quilômetros de obras. A jurisdição de conservação e operação é de 89.060 quilômetros. O padrão das vias federais é reconhecido internacionalmente pela alta tecnologia utiliza-

da. Mas tudo isto está sendo abandonado nas brumas do esquecimento.

O selo-pedágio, instituído pelo Congresso Nacional, numa tentativa de dar nova vida ao setor rodoviário, não surtiu o resultado que se esperava. E o DNER, mesmo com deficiência de verbas, ainda procura desenvolver o seu trabalho.

Tenho fé no programa do Brasil Novo. Estou certo de que as autoridades vão devolver as oportunidades de trabalho, no projeto, ao DNER. Até em nome do que já produziu em favor do crescimento do Brasil.

Ademais, não se pode olvidar o péssimo estado de conservação das rodovias brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Feres Nader, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva.*

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tendo em vista haver-se esgotado o prazo para que a Comissão Mistá apresentasse o Parecer quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 185, de 4 de maio de 1990, que dispõe sobre a interposição de recursos nos dissídios coletivos e a concessão de efeito suspensivo, a Presidência, nos termos do disposto na Resolução nº 1, de 1989-CN, solicita ao nobre Deputado Mário Lima profira o seu parecer.

**O SR. MÁRIO LIMA** (PMDB — BA. Para emitir parecer.) — O Senhor Presidente da República, submete à deliberação do Congresso Nacional — consoante a Mensagem nº 410, de 8 de maio fluente, acompanhada Exposição de Motivos nº GM/SAA/113/90, do Senhor Ministro da Justiça — o texto da Medida Provisória nº 185, por ele adotada em 4 do corrente e publicada no Diário Oficial da União do dia 7 próximo passado.

2. Cabe, portanto, a esta Comissão examinar, preliminarmente, sob o ângulo de sua admissibilidade — em face do disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional —, a existência dos pressupostos de relevância e urgência, constantes do art. 62 da Carta Magna.

3. Esses pressupostos constitucionais, que dizem com a admissibilidade da Medida, são, cada um deles, condições necessárias, mas não suficientes. Somente elas, em conjunto, possibilitam a admissibilidade das Medidas Provisórias.

Parece claro que o pressuposto de “relevância” diz com a matéria tratada na Medida, e o pressuposto de “urgência” — diz com a necessidade de positividade (tornar direito positivo) da referida matéria.

4. No caso de espécie, embora seja inegável a “relevância” da matéria tratada na Medida Provisória nº 185, não lhe socorre o pré-requisito de “urgência”.

5. Trata a Medida Provisória de matéria de natureza processual atinente aos Dissídios na área trabalhista.

A legislação, sobre o tema, remonta ao ano de 1965, quando a Lei nº 4.725, de 16-3, admitiu a concessão de efeito suspensivo aos recursos interpostos contra as decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, cuja suspensividade seria fixada por despacho do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Em 1988, a Lei nº 7.701, de 21-12, limitou, temporalmente, a eficácia suspensiva do recurso em 120 dias.

Já em 1989, pela Lei nº 7.788, de 3-7, o sistema instituído pela lei de 1965 foi derrogado, passando os recursos a terem somente o efeito devolutivo.

No entanto, em 15 de março do corrente ano sobreveio a Medida Provisória nº 154, que revogou a Lei nº 7.788, em seus arts. 1 a 7, e que restou convertida na Lei nº 8.030, de 13-4, que revogou a integralidade da referida lei.

O Governo, à época da edição da Medida Provisória nº 154, não se preocupou emitir norma de repristinação do sistema das Leis nºs 4.725/65 e 7.701/88, pelo que voltou-se a regulamentação anterior. Inclusive é discutível a referência do Governo, em sua Exposição de Motivos, à Lei nº 7.701/88, posto que seu sistema foi modificado pela Lei nº 7.788, que lhe é posterior, e a Lei nº 8.030 revogatória desta não tem disposição repristinatória.

Mas, o que importa, nesta fase, é a admissibilidade.

Não se pode, como quer o Governo, tratar essa matéria pela via excepcional. Não se pode compreender que tema processual possa se revestir da "urgência" constitucional, para autorizar a edição da Medida Provisória.

A Exposição de Motivos faz grave afirmação sobre o eventual comportamento dos Tribunais Regionais do Trabalho no julgamento dos dissídios coletivos.

A tendência da legislação enunciada foi no sentido da maior autonomia dos Tribunais Regionais em relação ao Tribunal Superior, matéria essa que foi debatida, também, quando da elaboração da Constituição.

Não se pode, pela via excepcional e sob uma argumentação que desprestigia o Poder Judiciário Trabalhista sediado nos Estados, alterar-se regra de disciplina processual.

Não há urgência na positivação de tal matéria e deveria o Executivo ter enviado projeto de lei, de sua iniciativa, para que a questão fosse amplamente debatida nesta Casa.

Temas processuais não são de natureza indeferível e inadiável. Somente uma visão distorcida das relações de um mesmo poder, poderia autorizar o uso do veículo legislativo excepcional.

Pelas razões expostas, somos pela inadmissibilidade da Medida Provisória, em face da não verificação do pressuposto constitucional da urgência.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — O parecer concluiu pela inadmissibilidade da Medida Provisória.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão, para apreciação de sua admissibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 1.610, DE 1990-CN**

OF. Nº 020/90 — CPI MISTA

Brasília, 15 de maio de 1990

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através da Resolução nº 04, de 1989-CN, com a finalidade de investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petróbrás, assim como possíveis irregularidades administrativas, solicito a Vossa Excelência, conforme o disposto no art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias do prazo concedido a este Órgão Técnico para apresentar suas conclusões.

Outrossim, esclareço, que o pedido se deve à complexidade da matéria, e que está a exigir do Relator, Senhor Senador José Fogaça, um estudo mais aprofundado para elaboração do Relatório.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e distinta consideração. — Deputado **José Tinoco**, Presidente da Comissão

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Em votação, na Câmara dos Deputados, o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Em votação, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica prorrogado o prazo da referida Comissão por mais 60 dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**OF. nº 018/90-LPDC**

Brasília, 15 de maio de 1990

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exª as necessárias providências no sentido de ser efetuada a seguinte mudança na composição da Comissão Temporária do Código de Defesa do Consumidor:

Na qualidade de suplente — substituir o Senador Gomes Carvalho pelo Senador Afonso Camargo.

Aproveitando o ensejo, renovo a V. Exª os protestos de estima e consideração. — Senador **Moisés Abrão**, Coordenador dos Pequenos Partidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade), da Medida Provisória nº 178, de 17 de abril de 1990, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso e mediante licitação, créditos inscritos como dívida ativa da União.

À Medida Provisória foram apresentadas 7 emendas.

O Relator, em seu Parecer, concluiu pela inconstitucionalidade e rejeição da Medida Provisória.

Nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 1, de 1989-CN.

“Art. 10. Se o parecer da Comissão concluir pela inconstitucionalidade total ou parcial da Medida Provisória ou pela apresentação de emenda sancionadora do vício, haverá apreciação preliminar da constitucionalidade antes da deliberação sobre o mérito.

Parágrafo único. Na apreciação preliminar, quando não houver discussão, poderão encaminhar a votação quatro congressistas, sendo dois contra e dois a favor.”

Portanto, antes da apreciação quanto ao mérito da medida, passa-se à sua apreciação quanto à preliminar de constitucionalidade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a Medida quanto à constitucionalidade queiram permanecer sentados. (Pausa)

A Presidência solicita que os nobres Líderes se manifestem pelo microfone, por gentileza.

A Presidência solicita aos Srs. Líderes um segundo apenas, para fazer o controle da votação.

Como vota o PDT?

**O SR. LYSÂNEAS MACIEL** (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT entende que essa medida é inconstitucional e não revela as suas verdadeiras intenções. Se o Governo tivesse a intenção de moralizar o problema da dívida ativa, cobraria os 108 bilhões de dólares que as pessoas jurídicas privadas devem à Previdência. Então, o voto é “sim” ao parecer, moralizador, do Senador Marcos Lacerda.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o PFL?

**O SR. JOSÉ LINS** (PFL — CE) — Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o PT?

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS) — O PT vota “sim” ao parecer do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o Líder do PSDB?

**O SR. ROBSON MARINHO** (PSDB — SP) — Sr. Presidente, o PSDB entende que o ilustre Senador pelo PMDB Márcio Lacerda proferiu um parecer corretíssimo.

Portanto, o PSDB vota com o Relator, o Senador Márcio Lacerda, a favor, pela inconstitucionalidade da Medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o PCB?

**O SR. AUGUSTO CARVALHO** (PCB — DF) — O PCB vota “sim”, pela inconstitucionalidade da Medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o Líder do PMDB?

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA** (PMDB — PE) — O PMDB vota contra o parecer do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o Líder do PC do B?

**O SR. ALDO ARANTES** (PC do B — GO) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Como vota o Líder do PDS?

**O SR. DARCY POZZA** (PDS — RS) — Sr. Presidente, o PDS vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Mais algum Líder quer manifestar-se? (Pausa)

Voraram SIM 122 Srs. Deputados; e NÃO, 256.

**O Sr. Lysáneas Maciel** — Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Será feita a verificação solicitada.

**O Sr. José Carlos Sabóia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA** (PSB — MA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada a posição do Partido Socialista Brasileiro: “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados ocupem as suas bancadas.

**O Sr. Robson Marinho** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ROBSON MARINHO** (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o meu Partido pretende votar com o Relator. Portanto, o voto é “sim”.

O PSDB, através da sua Liderança, orienta a sua Bancada pelo voto “sim”.

**O Sr. Lysáneas Maciel** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. LYSÁNEAS MACIEL** (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PDT sugere aos seus companheiros de Bancada votem “sim”, pela moralização do tipo de tratamento dado a esta matéria.

**O Sr. Paulo Paim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

**O Sr. Aldo Arantes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. ALDO ARANTES** (PC do B. GO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, está em votação matéria extremamente grave, passível de um amplo processo de corrupção, através da venda da dívida ativa da União.

O parecer do Senador Márcio Lacerda, pela inconstitucionalidade, é inteiramente procedente. Votamos “sim”, com o parecer.

**O Sr. José Carlos Sabóia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA** (PSB — MA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PSB vota “sim” ao parecer.

**O Sr. Maurílio Ferreira Lima** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA** (PMDB — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”, porque entende que a inconstitucionalidade foi argüida; pois a matéria deveria ser objeto de lei complementar. Entretanto, como haverá votação no mérito, dependendo de maioria absoluta, o vício da inconstitucionalidade estaria superado. Como não estamos votando o mérito, nesta questão da constitucionalidade, o PMDB vota “não”.

**O Sr. Humberto Souto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. HUMBERTO SOUTO** (PFL — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “não”.

**O Sr. José Lins** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. JOSÉ LINS** (PFL — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PFL pede à sua Bancada que vote “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados que

votem, por gentileza, nas bancadas, por serem mais rápidos e eficientes.

**O Sr. Afif Domingos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. AFIF DOMINGOS** (PL — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PL vota “não”.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PDC — TO. Pela ordem.) Sr. Presidente, a bancada do PDC votará “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — A Presidência solicita aos Srs. Deputados tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

**O Sr. Fernando Santana** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. FERNANDO SANTANA** (PCB — BA. Pela ordem.) — O PCB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O Sr. José Lins** — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

**O SR. JOSÉ LINS** (PFL — CE. Para esclarecimento.) — Sr. Presidente, estamos votando o parecer. Para isso, é necessário maioria absoluta de presentes e quorum é simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Nobre Congressista, estamos votando a constitucionalidade da medida. O parecer foi pela inconstitucionalidade. O voto “não” diz que a medida é constitucional.

**O SR. JOSÉ LINS** — Refiro-me ao quorum para votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os códigos de votação; acionem, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem. (Pausa)

(Procede-se à votação)

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos.

(Procede-se à votação.)

VOTARAM OS SRS DEPUTADOS:

Amazonas

José Fernandes — Sim.

Rondônia

Arnaldo Martins — Sim

José Guedes — Sim

Raquel Cândido — Sim.

**Pará**

Amilcar Moreira — Não  
 Arnaldo Moraes — Não  
 Carlos Vinagre — Não  
 Domingos Juvenil — Não  
 Eliel Rodrigues — Não  
 Fernando Velasco — Não  
 Jorge Arbage — Sim.

**Tocantins**

Eduardo Siqueira Campos — Não  
 Paulo Mourão — Não  
 Paulo Sidnei — Sim.

**Maranhão**

Costa Ferreira — Não  
 Eurico Ribeiro — Não  
 Haroldo Sabóia — Sim  
 José Carlos Sabóia — Sim.

**Piauí**

Átila Lira — Sim  
 Felipe Mendes — Não  
 Jesus Tajra — Não  
 José Luiz Maia — Não  
 Manuel Domingos — Sim  
 Mussa Demes — Não  
 Paulo Silva — Sim.

**Ceará**

Aécio de Borba — Não  
 Bezerra de Melo — Não  
 Carlos Benevides — Não  
 Gidel Dantas — Não  
 José Lins — Não  
 Lúcio Alcântara — Sim  
 Luiz Marques — Não  
 Mauro Sampaio — Não  
 Moema São Thiago — Sim  
 Paes de Andrade — Não  
 Ubiratan Aguiar — Não.

**Rio Grande do Norte**

Iberê Ferreira — Abstenção.

**Paraíba**

Agassiz Almeida — Sim  
 Aluizio Campos — Não  
 Antonio Mariz — Sim  
 Edivaldo Motta — Sim  
 Francisco Rolim — Não  
 João Agripino — Não  
 José Maranhão — Não.

**Pernambuco**

Cristina Tavares — Sim  
 Egídio Ferreira Lima — Sim  
 Gonzaga Patriota — Sim  
 Horácio Ferraz — Não  
 Inocêncio Oliveira — Não  
 José Mendonça Bezerra — Não  
 Maurílio Ferreira Lima — Não  
 Nilson Gibson — Não  
 Osvaldo Coelho — Não  
 Osvaldo Lima Filho — Sim  
 Salatiel Carvalho — Não  
 Wilson Campos — Abstenção.

**Alagoas**

Eduardo Bonfim — Sim  
 Roberto Torres — Não  
 Vinicius Cansanção — Não.

**Sergipe**

José Queiroz — Não.

**Bahia**

Benito Gama — Não  
 Carlos Sant'Anna — Não  
 Celso Dourado — Sim  
 Domingos Leonelli — Sim  
 Eraldo Tinoco — Não  
 Fernando Santana — Sim  
 Francisco Pinto — Sim  
 Genebaldo Correia — Não  
 Jairo Azi — Não  
 Jairo Carneiro — Não  
 Joaci Góes — Sim  
 Jorge Hage — Sim  
 Jorge Vianna — Não  
 José Lourenço — Não  
 Jutahy Júnior — Sim  
 Lídice da Mata — Sim  
 Manoel Castro — Abstenção  
 Mário Lima — Sim  
 Milton Barbosa — Não  
 Miraldo Gomes — Não  
 Murilo Leite — Não  
 Waldeck Ornélas — Abstenção.

**Espírito Santo**

Jones Santos Neves — Abstenção  
 Lezio Sathler — Sim  
 Nyder Barbosa — Não  
 Rita Camata — Sim  
 Stélio Dias — Não.

**Rio de Janeiro**

Álvaro Valle — Não  
 Amaral Netto — Não  
 Anna Maria Rattes — Sim  
 Arolde de Oliveira — Sim  
 Artur da Távola — Sim  
 Benedita da Silva — Sim  
 Brandão Monteiro — Sim  
 César Maia — Sim  
 Daso Coimbra — Não  
 Edmilson Valentim — Sim  
 Jayme Campos — Não  
 Luiz Salomão — Sim  
 Lysâneas Maciel — Sim  
 Márcio Braga — Sim  
 Miro Teixeira — Sim  
 Roberto Augusto — Não  
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim  
 Simão Sessim — Não  
 Vladimir Palmeira — Sim.

**Minas Gerais**

Álvaro Antônio — Não  
 Carlos Cotta — Sim  
 Carlos Mosconi — Sim  
 Dálton Canabrava — Não  
 Elias Murad — Sim  
 Genésio Bernardino — Sim  
 Ibrahim Abi-Ackel — Não  
 João Paulo — Sim

José da Conceição — Não  
 José Ulisses de Oliveira — Não  
 Lael Varella — Não  
 Luiz Alberto Rodrigues — Não  
 Marcos Lima — Não  
 Mário Assad — Não  
 Mello Reis — Não  
 Octávio Elísio — Sim  
 Paulo Almada — Não  
 Raimundo Rezende — Sim  
 Ronaro Corrêa — Não  
 Rosa Prata — Não  
 Saulo Coelho — Não  
 Virgílio Guimarães — Sim  
 Ziza Valadares — Sim.

**São Paulo**

Afif Domingos — Não  
 Airtton Sandoval — Não  
 Antonio Carlos Mendes Thame — Sim  
 Bete Mendes — Sim  
 Cardoso Alves — Não  
 Cunha Bueno — Não  
 Eduardo Jorge — Sim  
 Fernando Gasparian — Sim  
 Florestan Fernandes — Sim  
 Francisco Amaral — Não  
 Gastone Righi — Não  
 Geraldo Alckmin Filho — Sim  
 Gumercindo Milhomem — Sim  
 Hélio Rosas — Não  
 Irma Passoni — Sim  
 João Rezek — Não  
 José Egreja — Não  
 José Genoíno — Sim  
 José Serra — Sim  
 Koyu Iha — Sim  
 Leonel Júlio — Não  
 Luiz Gushiken — Sim  
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim  
 Manoel Moreira — Não  
 Nelson Seixas — Sim  
 Paulo Zazur — Abstenção  
 Roberto Rollemberg — Sim  
 Robson Marinho — Sim  
 Samir Achôa — Não  
 Ulysses Guimarães — Não.

**Goiás**

Aldo Arantes — Sim  
 Iturival Nascimento — Não  
 João Natal — Não  
 Maguito Vilela — Não  
 Naphtali Alves de Souza — Não  
 Tarzan de Castro — Sim.

**Distrito Federal**

Augusto Carvalho — Sim  
 Francisco Carneiro — Não  
 Jofran Frejat — Não  
 Maria de Lourdes Abadia — Sim  
 Sigmaringa Seixas — Sim  
 Valmir Campelo — Sim.

**Mato Grosso**

Antero de Barros — Sim.

**Paraná**

Basilio Villani — Não  
 Darcy Deitos — Sim  
 Euclides Scalco — Sim  
 Hélio Duque — Sim  
 José Tavares — Não  
 Maurício Fruet — Sim  
 Maurício Nasser — Não  
 Max Rosenmann — Não  
 Nelton Friedrich — Sim  
 Nilso Sguarezzi — Sim  
 Sérgio Spada — Sim  
 Tadeu França — Sim  
 Waldyr Pugliesi — Sim.

**Santa Catarina**

Antônio Carlos Konder Reis — Não  
 Artenir Werner — Não  
 Cláudio Avila — Não  
 Eduardo Moreira — Não  
 Francisco Küster — Sim  
 Henrique Córdova — Não  
 Ivo Vanderlinde — Sim  
 Luiz Henrique — Não  
 Paulo Macarini — Não  
 Renato Vianna — Sim  
 Ruberval Pilotto — Não  
 Victor Fontana — Não  
 Wilson Souza — Sim  
 Walmor de Luça — Sim.

**Rio Grande do Sul**

Adylson Motta — Não  
 Amaury Müller — Sim  
 Carlos Cardinal — Sim  
 Darcy Pozza — Não  
 Hermes Zaneti — Sim  
 Ibsen Pinheiro — Não  
 Irajá Rodrigues — Não  
 Ivo Lech — Não  
 João de Deus Antunes — Não  
 Júlio Costamilan — Não  
 Lélcio Souza — Sim  
 Luis Roberto Ponte — Não  
 Osvaldo Bender — Não  
 Paulo Mincarone — Não  
 Paulo Paim — Sim  
 Tarso Genro — Sim  
 Telmo Kirst — Não  
 Vicente Bogo — Sim  
 Victor Faccioni — Não.

**Roraima**

Chagas Duarte — Sim  
 Ottomar Pinto — Sim.

**O Sr. José Fernandes** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ FERNANDES** (PST — AM. Pela ordem.) — Sr. Presidente, por gentileza, gostaria de registrar que o meu voto é “não”. Votei equivocadamente “sim”.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O Sr. Arolde de Oliveira** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA**(PFL — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, queria registrar que meu voto é “não”, e votei equivocadamente “sim”.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Será registrado o voto da V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Ottomar Pinto** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

**O SR. OTTOMAR PINTO**(PDC — RR. Pela ordem.) — Sr. Presidente, votei errado. Votei “sim”, mas o meu voto é “não”. Peço que conste de ata.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — O voto de V. Ex<sup>a</sup> será devidamente consignado.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Votaram “sim” 100 Srs. Deputados; e “não”, 114.

Houve 6 abstenções.

Total: 220 votos.

Não houve quorum.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 182, de 23 de abril de 1990, que dispõe sobre as hipóteses nas quais é vedado o deferimento de medidas cautelares e liminares, e dá outras providências.

À medida foram apresentadas 19 emendas. O Relator, em seu parecer, concluiu pela aprovação da medida e pela rejeição das emendas.

Em discussão a medida e as emendas.

**O Sr. Erico Pegoraro** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

**O SR. ERICO PEGORARO** (PFL — RS. Pela ordem.) — Sr. Presidente, marquei o meu número, pensei que tivesse votado e, fui ver agora, não está aí o meu nome.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — O voto de V. Ex<sup>a</sup> será consignado em Ata.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE**(Iram Saraiva) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, da medida provisória nº 179, de 17 de abril de 1990, que altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências.

— dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Irajá Rodrigues, para proferir parecer.

**O SR. IRAJÁ RODRIGUES**(PMDB — RS. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, com a Mensagem nº 75, de 18 de abril de 1990 (nº 379/90 na origem), o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, na conformidade do preceituado no art. 62 da Constituição, o texto da Medida Provisória nº 179, de 17 de abril de 1990, que “altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989 e dá outras providências”.

Desde logo, convém ressaltar que o diploma ora sob apreciação reeditada o teor de outra Medida Provisória (nº 170/90) que, por não ter sido apreciada em tempo hábil pelo Congresso Nacional, perderia eficácia, desde a sua publicação, caso não tivesse sido adotada a providência em questão.

A Exposição de Motivos que acompanhou a matéria, na sua primeira versão, explicitava que “as transformações ocorridas no quadro institucional do País, bem assim as recentes medidas editadas com vistas à racionalização da estrutura da Administração Pública Federal, necessitam de atos complementares que as adequem ao sistema jurídico vigente”.

Ainda segundo o citado documento, duas são as providências que se fazem necessárias, em caráter urgente:

— assegurar ao Vice-Presidente da República o direito de dispor de um veículo de representação; e

— facultar aos servidores públicos ocupantes dos cargos de natureza especial de Ministro de Estado, Secretário-Geral da Presidência da República, Chefe do Gabinete Militar, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República e de Secretário-Executivo dos Ministérios Cíveis o direito de opção pelos vencimentos do cargo efetivo acrescido das vantagens previstas no Decreto-Lei nº 1.445/76, no índice referido no artigo 4º da Lei nº 7.706/88.

Quanto à primeira inovação pretendida, revela-nos a leitura do art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, que apenas o Chefe do Estado, os Presidentes dos órgãos do Poder Legislativo e dos Tribunais Superiores, os Ministros de Estado e, no particular dos Ministérios Militares e das Relações Exteriores, nos limites das respectivas peculiaridades, estão habilitados a dispor de veículo de representação.

É notório que o substituto eventual do Presidente da República, pela relevância das funções que pode vir a exercer, não pode prescindir dos meios materiais indispensáveis ao exercício do cargo, incluindo-se, entre estes, o veículo oficial.

Assim, parece-nos plenamente justificada a necessidade de alterar a redação do questionado dispositivo para abrir mais uma exceção à regra geral.

Quando à segunda alteração que a Medida Provisória propõe, tem ela por fundamento o princípio da isonomia que assegura a todos os que se encontrem em identidade de situação o direito ao mesmo tratamento legal. Considerando que o direito de opção previsto no Decreto-Lei nº 1.445/76 é assegurado à generalidade dos funcionários públicos ocupantes de cargo de confiança, nada justifica a exclusão de alguns poucos que, de resto, exercem atividades da mais alta relevância no âmbito da administração federal.

Também neste particular julgamos que a iniciativa está a merecer aprovação.

Os pressupostos de relevância e urgência foram devidamente apreciados, tendo o Congresso Nacional reconhecido estarem eles presentes na iniciativa.

No particular da constitucionalidade e juridicidade da proposição, nada há que possa ser oposto tendo em vista que as alterações sugeridas não ferem o texto da Lei Maior nem atentam contra a boa técnica legislativa.

Foram apresentadas, na forma regimental, duas emendas à iniciativa.

A primeira, de autoria do nobre Deputado Sigmaringa Seixas, tem por escopo outorgar a prerrogativa sob exame, também, ao Procurador-Geral da República. Conquanto seja plenamente compreensível o propósito ao ilustre representante do Distrito federal, há que se reconhecer que, no próprio âmbito do Ministério Público Federal, existem outras autoridades que desempenham cargos de alta relevância. Nestas condições, aberta uma exceção, teríamos que contemplar inúmeros outros casos com manifesto prejuízo para o princípio geral inscrito na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por estas razões, opinamos contrariamente à emenda.

Já a segunda emenda, de autoria do Deputado Lysáneas Maciel, pretende, pura e simplesmente, vedar qualquer despesa com aquisição e/ou manutenção de veículos oficiais. Trata-se, como visto, de uma medida extrema que sujeitaria as mais altas autoridades do País a locomoverem-se por meios próprios. Além da evidente inconveniência da proposição, por motivos de ordem prática, pode estar-se a dificultar sobremaneira o regular desempenho das atividades funcionais do primeiro escalão estatal, há que ser considerado o aspecto da segurança pessoal dos interessados que ficaria seriamente comprometida se aprovada a emenda. Assim, também opinamos, neste particular, pela rejeição da iniciativa.

Quando a essência da proposição governamental já tivemos oportunidade de discorrer, inclusive reconhecendo sua pertinência e adequação às necessidades do momento.

Entendemos, entretanto, que o Congresso Nacional, neste ensejo, deve alterar a redação do artigo 5º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para escolimá-la de algumas impropriedades. Nada justifica, por exemplo, que no âmbito legislativo somente a Presidência das Casas façam jus a um veículo de representação enquanto que, na esfera executiva, os Ministros, meros auxiliares do Chefe do Esta-

do, demissíveis "ad nutum", continuem a dispor do privilégio. Ademais, parece-nos, por igual, insustentável a ampla e genérica faculdade outorgada aos Ministérios Militares e das Relações Exteriores para, segundo seu alvitre e conveniência, alocarem o número de viaturas de representação que desejarem.

Se o propósito da norma contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias é o de fixar um critério moralizador e de contenção de gastos, necessário se faz preservar o princípio na sua inteireza, evitando quaisquer possibilidades de burla bem como assegurando isonomia de tratamento entre os Poderes da República.

Pelos motivos e fundamentos expostos, opinamos pela conversão da Medida Provisória nº 179, de 17 de abril de 1990, nos termos do seguinte

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 35, DE 1990

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º São vedadas despesas com aquisição e manutenção de veículos de representação, ressalvadas as referentes a veículos de uso do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Senado Federal e dos Presidentes dos Tribunais Superiores."

Art. 2º A opção de que trata o Decreto-Lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, no índice referido no art. 4º da Lei nº 7.706, de 21 de dezembro de 1988, é assegurada:

I — aos Ministros de Estado, sem prejuízo da percepção da Representação mensal e da vantagem pecuniária instituída pela Lei nº 7.374, de 30 de setembro de 1985; e

II — ao Secretário-Geral da Presidência da República, ao Chefe do Gabinete Militar, ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ao Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República e aos Secretários Executivos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º São revogadas as disposições em contrário.

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente, entendendo que assim asseguraremos a igualdade de tratamento aos Três Poderes e tornaremos ainda mais efetiva a parcimônia no uso dos veículos públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — O parecer concluiu pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 35, de 1990, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a medida, o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Em virtude da falta de quorum para votação, ficam adiadas as seguintes matérias:

## II VETOS PRESIDENCIAIS

-4-

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1989

(Nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados) que "institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências". Partes vetadas:

— § 1º e seus incisos, do art. 2º;

— § 2º do art. 2º;

— § 1º do art. 6º;

— § 2º e seus incisos, do art. 6º; e

— § 3º e seu inciso, do art. 6º do projeto. (Mensagem nº 06/90-CN.) Prazo: 23-3-90.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 32, DE 1989

(Medida Provisória nº 100, de 1989)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que "prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989".

Parte vetada: parágrafo único do art. 1º (Mensagem nº 248/89-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1989

(Nº 991/88, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/88, na origem), que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, a Abo-no Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências".

Partes vetadas: arts. 12, 13 e 14; inciso III do art. 16; incisos I, XII, XIII, XV e XVI, do art. 19; art. 26; e parágrafo único do art. 28. (Mensagem nº 8/90-CN.)

Prazo: 22-3-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

Nº 4, DE 1990

(Medida Provisória nº 133, de 1990)

Votação, e turno único do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 1990, que “dispõe sobre a transferência no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências”.

Parte vetada: art. 20 (Mensagem nº 60/90-CN).

**Prazo:** 2-5-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando outra conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação de medidas provisórias e vetos presidenciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)

**ATA DE COMISSÃO****COMISSÃO PARLAMENTAR  
MISTA DE INQUÉRITO**

**Destinada a investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas.**

**13ª REUNIÃO REALIZADA EM  
25 DE ABRIL DE 1990**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e trinta minutos, na Sala nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Fogaça, Ruy Baccar, Antônio Luiz Maya e Deputados Mário Lima, José Tinoco, Benedito Monteiro, Mauro Campos e Bocayuva Cunha, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através da Resolução nº 04, de 1989-CN, com a finalidade de “investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas”. Comparecem, ainda, os Senhores Senador Roberto Campos e Deputada Abigail Feitosa.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Mauro Benevides, Gerson Camata, Nabor Júnior, João Lobo, Lourival Baptista, Alexandre Costa, José Richa, Mário Covas, Louremberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa, Jarbas Passarinho e Deputados Osvaldo Macedo, João Agripino, Luiz Alberto Rodrigues, Eduardo Moreira, Luiz Marques, Dionísio Dal-Prá, Francisco Küster, Arnold Fioravante, Flávio Rocha e João Paulo Pires.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado José Tinoco, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da

reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Doutor Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente da Petrobrás, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Após o juramento, o Doutor Luiz Octávio da Motta Veiga inicia sua exposição, enfatizando que a crise na empresa agravou-se a partir de mil novecentos e oitenta e cinco, quando aumentou a diferença entre o preço do petróleo bruto no mercado internacional e a parcela do preço pago pelo consumidor. Demonstra que, em mil novecentos e oitenta e nove, a Petrobrás vendeu o barril de petróleo abaixo do custo de sua importação, causando um forte desequilíbrio no fluxo de caixa da Companhia. Cita, ainda, perdas adicionais decorridas em virtude da falta de pagamentos de produtos fornecidos a organismos estatais do setor elétrico, siderúrgico, ferroviário e de infra-estrutura rodoviária, além de créditos devidos das contas petróleo e álcool. Encerra dizendo que, desde março último, a situação financeira da Petrobrás apresentou uma estabilização e iniciou um período de recuperação.

Em alguns tópicos de sua palestra, o Doutor Luiz Octávio da Motta Veiga é assessorado pelos Senhores Alfeu Valença e Plínio Botelho Junqueira, Assessores da Petrobrás; Nelson Lacerda, Chefe do Serviço Financeiro da Empresa.

Na fase das interpelações, usam da palavra os Senhores Deputados Mário Lima, Mauro Campos, Bocayuva Cunha, Benedito Monteiro, Abigail Feitosa e, finalmente, o Relator, Senhor Senador José Fogaça.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputados **José Tinoco**, Presidente.

**ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO; DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1990, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, DEPOIMENTO DO DOUTOR LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA, PRESIDENTE DA PETROBRÁS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO.**

Presidente: Deputado **JOSÉ TINOCO**  
Vice-Presidente: Deputado **BENEDITO MONTEIRO**

Relator: Senador **JOSÉ FOGAÇA**  
(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

**O SR. PRESIDENTE** (José Tinoco) — Srs. Deputados, Sr. Presidente da Petrobrás, a quem convido para fazer parte da Mesa, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. e Srs.: Iniciamos esta audiência com o Dr. Luiz Octávio da Motta Veiga, a quem solicito que proceda ao juramento de praxe.

**O SR. LUIZ OCTÁVIO DA M. VEIGA** — “Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”

**O SR. PRESIDENTE** (José Tinoco) — Sr. Presidente da Petrobrás, é norma desta Comissão que os depoentes iniciem discorrendo sobre as atividades acerca das quais vieram depor nesta Comissão, que investiga as causas da crise atual da Petrobrás.

Com a palavra o Dr. Luiz Octávio da Motta Veiga.

**O SR. LUIZ OCTÁVIO DA M. VEIGA** — Sr. Presidente, eu queria dizer, inicialmente, que é com a maior satisfação e muita honra que compareço a esta Comissão para aditar esclarecimentos sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela Petrobrás.

Essas dificuldades, conforme já anteriormente informadas a esta Egrégia Comissão, agravaram-se a partir do ano de 1985, quando aumentou a diferença entre o preço do petróleo bruto no mercado internacional e a parcela do preço pago pelo consumidor destinada a cobrir os custos da matéria-prima, que constitui a receita da Petrobrás.

Vale esclarecer que essa parcela, que representa mais de 80% do preço de realização dos produtos da Petrobrás deve, de acordo com a legislação pertinente, ser corrigida em função das variações do custo CIF do petróleo bruto importado e da taxa cambial. O critério aplicável é o de fazer com que a Petrobrás não aufera lucro nem tenha prejuízo na importação de petróleo. Esse critério foi estabelecido pela Lei nº 4.452, de 5-11-64, e ratificado pelos Decretos-Leis nº 61/66 e 1.785/80.

Ainda com relação ao critério estabelecido pelo Decreto-Lei nº 61/66, é importante perceber que, ao atribuir ao petróleo produzido no País o mesmo valor do custo CIF do petróleo importado, o Governo está cobrando da Petrobrás a mesma eficiência das empresas estrangeiras de petróleo, de modo a não onerar a sociedade com custos adicionais que representassem qualquer espécie de protecionismo ao produto nacional.

Pelo contrário, o critério representa exigência de eficiência e produtividade, pois somente na medida em que a Petrobrás consiga produzir no País, a custo inferior ao do petróleo importado, será capaz de gerar recursos para realizar seus investimentos.

A Observância dos critérios estabelecidos pela legislação mencionada, na fixação dos preços de venda dos derivados, aliada ao acesso a empréstimos e financiamento externos, relativamente fáceis até setembro de 1982, permitiram que a Petrobrás realizasse um amplo programa de investimentos na primeira metade da década de 80, do qual resul-

tou o aumento da produção de petróleo de 171 mil barris por dia em 1979, para 680 mil barris por dia atualmente, tendo as reservas evoluído, no mesmo período, de 1,5 para 3,5 bilhões de barris, não computadas nesse último volume as reservas existentes em águas profundas.

Entretanto, a crise do último ano reflete o agravamento de uma situação de dificuldades que vem se manifestando desde 1985, caracterizada pela prática governamental de aplicação de congelamentos ou de reajustes de preços de derivados de petróleo em níveis inferiores aos devidos.

Em 1989, por exemplo, a comparação entre o custo efetivo de importação do petróleo e a remuneração, através dos preços, dos derivados, mostra que a Petrobrás importou a US\$ 18,50 o barril, em média, e o vendeu a US\$ 13,40, resultando, portanto, num forte desequilíbrio no fluxo de caixa da Companhia.

Perdas adicionais decorreram da falta de pagamentos de produtos fornecidos a organismos estatais do setor elétrico, siderúrgico, ferroviário e de infra-estrutura rodoviária, além de créditos devidos das contas petróleo e álcool.

A atual defasagem dos preços dos derivados de petróleo não se resume à parcela destinada a dar cobertura aos custos da matéria-prima. Também as demais parcelas formadoras do preço de realização da Petrobrás, correspondentes aos custos do refino, têm estado desatualizadas.

Esses fatores limitantes da geração de recursos da Companhia coincidiram com a restrição à obtenção de financiamentos de longo prazo no mercado internacional, consequência do endividamento externo do País.

Como resultado, estabeleceu-se uma conjuntura de crise financeira que tem levado a Direção da Petrobrás a adotar um conjunto de ações corretivas de amplo alcance. Procedeu-se a uma redução drástica no programa anual de investimento. Mas isso é dramático. Talvez não hoje, (para daqui a uns 4 ou 5 anos é um dado dramático). No início do exercício de 1989, prevíamos investir cerca de US\$ 3,2 bilhões. Com as reduções sucessivas, durante o exercício de 1989 somente foram investidos US\$ 1,7 bilhão, determinando a inevitável postergação de nossas metas de produção a longo prazo. Os números para o presente exercício também estão a indicar um nível de investimento inferior ao necessário a ampliar nossa produção, todavia superior ao do exercício de 1989.

Além da redução nos investimentos, uma série de outras medidas emergenciais de contenção de dispêndios tem sido adotada no curso da administração da crise, tais como: suspensão de contratação de serviços e da colocação de ordens de compra de materiais e equipamentos — isso também, é importante que se diga, tem um reflexo na produção futura — desde que não comprometam a segurança pessoal e das instalações (segurança pessoal e manutenção de instalação, para nós, não é investimento, é custeio); redução

dos níveis de estoque de petróleo e derivados e alteração das condições de pagamento, dentre outras. Recentemente, promovemos uma substancial redução nas funções de assessoramento superior da Companhia. Temos cumprido todas as orientações do novo Governo quanto à redução de gastos na administração da Empresa. Temos incentivado o aumento da eficiência e da produtividade. Enfim, temos atuado em toda a extensão possível no sentido de realizar a parte que nos compete com vistas a possibilitar o retorno da Petrobrás ao nível adequado de investimentos, viabilizando o aumento da produção nacional de petróleo e atendendo ao pleno abastecimento do País e a melhoria na qualidade e especificação de nossos produtos.

É natural e compreensível que o Governo, em determinados momentos, não repasse para o consumidor as variações bruscas e conjunturais dos preços no mercado internacional. Mas não se pode exigir de uma empresa — mesmo de uma empresa estatal — que opere, sistematicamente, sem a cobertura dos seus custos.

No corrente exercício, a situação financeira da Petrobrás apresentou uma estabilização e a partir de março último iniciou um período de recuperação.

A nova fase que a Companhia está vivendo mostra-se favorável e indica que os ajustamentos que foram e estão sendo realizados apontam, com segurança, para o equacionamento da difícil situação que vivemos nos últimos anos e temos certeza de que o compromisso do Governo Collor de manter os preços dos produtos da Petrobrás dentro da realidade tarifária permitirá a consecução de nossos objetivos.

Sr. Presidente, é esta a alocação que eu gostaria de fazer e, se coubesse, de fornecer à Egrégia Comissão alguns dados que preparamos sobre a Petrobrás, basicamente a parte financeira, a produção, alguma coisa de patrimônio; enfim, dados que acho importantes para que os Srs. Membros da Comissão possam avaliar ou ter uma visão mais global do que é a Companhia, do que é a evolução da Companhia, quais são nossas perspectivas para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Pois não.

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA M. VEIGA — Bom, isso é a participação da Petrobrás na economia brasileira, no ano de 1989. Estamos em abril, ainda não projetamos isso para o primeiro trimestre deste ano. O valor agregado pela Petrobrás é de 3% do PIB, e de 10% do produto industrial. Emprego de mão-de-obra direta: 60 mil empregos. Indireta: 1 milhão de empregados. O total de compras no mercado interno — 91% das compras da Petrobrás são feitas no mercado interno — monta a 779 milhões de dólares.

Acho um dado importante para que se possa ter uma idéia comparativa da Petrobrás e da sua inserção no parque industrial, no setor de serviços do País.

Mais um quadro ilustrativo. É uma composição acionária da empresa. O Governo Federal, como capital votante, 86.33; os governos estaduais, mais uma vez o capital votante, 1.71 — estou falando de ações ordinárias —; os acionistas privados com quase 12% desse capital.

Cresce o acionista privado substancialmente, em função das ações preferenciais, que são muito comercializadas em Bolsas de Valores e, muitas vezes, são preferidas pelo público, porque até o momento foram títulos ao portador. Elas deverão ser transformadas em nominativas, de acordo com recentes medidas legislativas.

Esses números são importantes para V. Ex.<sup>a</sup> terem uma idéia dos grandes números da nossa atividade. O número de sondas na terra e no mar é auto-explicativo. Poços em produção. Na realidade, fala-se muito na Bacia de Campos; fala-se muito na produção que chamamos *off-shore*, mas temos, como V. Ex.<sup>a</sup> podem ver, um grande número de poços em produção na terra. Plataformas de produção são divididas em plataformas fixas e sistemas flutuantes, e, ao contrário também do que as pessoas pensam, eu diria que 1/4 somente disso se encontra em Campos, o resto está espalhado em outras bacias na costa do Brasil.

Com relação à produção média diária, é importante que se diga que ela talvez seja um pouco maior do que essa, porque já atingimos a produção de 670 barris/dia. Também temos aqui os números sobre gás, tanto em terra quanto no mar. Nesse caso também o número é importante. As pessoas sempre tendem a dizer que a Petrobrás não liga muito para o gás, mas isso não é verdade, estamos preocupados com essa produção.

As refinarias são a nossa parte industrial; os oleodutos, os gasodutos, os quilômetros construídos, a frota de petroleiros e a tonelagem. Esses números são todos de dezembro de 1989.

Bom, este quadro é interessante: versa sobre os investimentos diretos da Petrobrás. A parte escura, a parte vermelha na transparência, é a de exploração e produção. E a parte clara, ou escura na transparência, são os outros investimentos. O pico é em 1982; em 1983, é o investimento feito na Bacia de Campos; depois há uma queda e uma subida em 1987; agora volta a ter uma queda expressiva, sobretudo se comparado a 1982 e isso aqui é um nó que se cria na Petrobrás: se algum dia quisermos obter auto-suficiência de prospecção e de produção de petróleo.

Os poços perfurados, como V. Ex.<sup>a</sup> podem ver, estão em linha com o quadro anterior, onde também a concentração é justamente no período em que os investimentos diretos ocorreram: 1981, 1982, 1983, 1984. Em 1984 já decresce, mas em função do investimento feito em 1983 os poços começam a ser perfurados em 1984.

Um demonstrativo de reserva de óleo e gás natural equivalente, como V. Ex.<sup>a</sup> podem ver, começa a decrescer em 1989, justamente por falta de investimento.

O seguinte é a produção de petróleo, óleo mais LGM. Ela se estabiliza justamente porque depois da Bacia de Campos não foi feita nada que pudesse evitar a ascensão desta curva, que se delineava ascendente num ângulo muito maior — se forem considerados, os anos de 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984, ela passa a se estabilizar, chegando até a cair em 1988, em função do acidente na plataforma de Enchova.

Este é um demonstrativo de produção de gás natural, em milhares de metros cúbicos por dia, que também se estabilizou a partir de 1985, 1986, como a produção de petróleo.

Aqui há uma relação entre consumo/produção/importação de óleo. Na última coluna, uma importação referente ao mercado interno, considerando mil barril/dia. Quer dizer, multiplica-se isso aqui por mil e se obtém um milhão.

O demonstrativo de consumo, produção e importação de óleo também é explicativo, por si só. É aquele quadro anterior, num gráfico. Aqui vemos que, num determinado momento, a importação cai, em 1984, e depois a produção começa a subir. Se tivéssemos mantido o nível de investimento que tinha sido feito — se nós trouxermos um vetor aqui na curva, em 1983 — veríamos que estaríamos quase encostando no consumo, mas isso não aconteceu; a curva arrefeceu e, hoje, estamos bem abaixo dos limites em que gostaríamos de estar.

Há, também, um quadro sobre a evolução das exportações do sistema Petrobrás e Brasil. Ele dá uma idéia da dimensão dessa exportação que chega quase, em vários anos, a 10% do total da exportação. Aliás, chega a 14, 15, 16. Nesses dois últimos anos é que decresceu. E deve crescer neste ano, porque estamos com um excedente de gasolina que está sendo exportado.

Exportação de petróleo: é mais para dar uma idéia a V. Ex<sup>as</sup> sobre a origem do petróleo em termos de área geográfica. Porque nós estamos, como todos os países importadores, concentrados no Oriente Médio e o restante tentando distribuir, e mais alguma coisa vinda da Venezuela — mas muito pouca coisa —, da África, e, como V. Ex<sup>as</sup> podem ver, que oscila. No ano de 1988 chegou a 82 e estamos aqui falando em barris/dia e 33,9 em 1989.

Este é interessante: um dispêndio líquido em divisas de petróleo e derivados. A linha pontilhada diz respeito à importação, e a exportação é a última linha, a linha azul. A linha branca dá a idéia do nosso dispêndio líquido na importação do óleo, contra a exportação dos derivados que são refinados no país.

Aqui há um pouco de futurologia feita antes do Plano, mas como V. Ex<sup>as</sup> podem ver, a produção estaria bem abaixo do que se pretendia há 5 anos com relação ao consumo. Para que isso possa voltar aos níveis pretendidos é importante que a Petrobrás volte a investir naquilo que é o objetivo primeiro dela: a produção de óleo.

Aqui, é um quadro demonstrativo do preço do óleo e taxa de juros, só para V. Ex<sup>as</sup> sabermos a relação; as taxas de juros estavam altas quando o preço do óleo estava alto. É interessante ver essa relação, apesar da oferta de petrodólares, as taxas de juros ainda eram muito altas.

O consumo de energia global, outras fontes de energia primária. Aí também tem: álcool, hidroeletricidade e petróleo. Dá uma idéia, aliás, da queda de todas as fontes de energia. Essa fonte não é a Petrobrás, essa fonte é o balanço energético nacional do Ministério das Minas e Energia, na época, em 1985.

Aqui tem um quadro, momentoso, da comparação entre o consumo de álcool e de gasolina. É um quadro complicado de se ler, porque se nós compararmos álcool com a gasolina, essa comparação é perfeita é o que espelha o quadro. Por outro lado, a gasolina é obtida pela importação do petróleo, que dá origem a outros produtos necessários para o funcionamento da economia nacional. Então, nós estamos falando de combustível para automóvel, já que a frota de transporte é toda a diesel, mas dá a idéia de como, em 1985, a posição se alterou em favor do álcool.

Aí está uma amostra da evolução do mercado de derivados, levando-se em consideração que a gasolina automotiva teve uma queda, mas em 1986 ela subiu de novo; em 1987 ela caiu; em 1988 ela caiu e em 1989, baseado em consumo aparente, estimamos que o consumo tenha crescido. Eu estou falando em barris/dia, o que dá um total, em 1989, de 1 milhão, 168 mil barris/dia se consideramos todos os produtos que são derivados do óleo cru adquirido.

Essa transparência é, também, um pouco de futurologia; é a estrutura da demanda atual contra uma estrutura de produção atual. Um cenário, para terminal de 1995, como se vai compor a demanda de produtos de derivados do petróleo. Há um crescimento substancial, em 1995, do consumo do diesel, que vai até 45%. Hoje, a produção é de 35% do diesel.

Vamos falar agora em dados financeiros. Acho importante V. Ex<sup>as</sup> terem em mente o perfil de endividamento da Petrobrás. Nós temos 2 bilhões, 358 milhões de dólares a curto prazo e 960 milhões de dólares a longo prazo. É importante que se diga que as empresas de petróleo, a nossa relação de capital próprio e capital de terceiros, empréstimos de bancos é 34% do capital de terceiros, e 66% de capital próprio. É usual à empresa de petróleo que essa relação seja de meio a meio. Então, ainda trabalhamos com muito capital próprio, em detrimento de alguns empréstimos que talvez pudéssemos fazer, mas em função de dificuldades de mercado internacional e de taxas de juros muito altas no mercado, nós acabamos usando capital próprio para investimento.

A disponibilidade de caixa. V. Ex<sup>as</sup> podem ver que de 31-12-89 a 30-4-90 — uma estimativa nossa — nós conseguimos repor 467 milhões de dólares no caixa da empresa, que

se encontrava num limite extremamente perigoso, para uma empresa que tem a responsabilidade de importar petróleo.

Nós temos ainda uma insuficiência de capital de giro que, historicamente, sempre variou de 500 a 700 milhões de dólares/ano. Como V. Ex<sup>as</sup> podem ver, nós tínhamos em 31-12-89 uma insuficiência de capital de giro de 1 bilhão, 414 milhões de dólares. Estamos caminhando, hoje, para 978 milhões de dólares em insuficiência de capital de giro. Ainda está acima do usual, mas acho que nós vamos conseguir: se não chegar perto da média histórica, pelo menos encostar nela.

Eu gostaria de fazer uma menção e esta é importante de que já existe uma defasagem nos preços da Petrobrás, levando-se em consideração o preço de venda e o custo de importação. Já existe uma defasagem de 6,20% nesse preço — uma defasagem administrável, mas é algo que precisamos ter em mente e que temos de corrigir a curto prazo.

Esse quadro tem sido objeto de muita controvérsia: é o relacionamento da Petrobrás com o Governo. A Petrobrás, em 31 de março de 90, tem um crédito contra o Governo, direta ou indiretamente — o Governo, Administração Direta e empresas estatais —, da ordem de 1 bilhão, 357 milhões de dólares. E deve ao Governo 774 milhões de dólares, basicamente divididos da seguinte forma: setor elétrico, 426 milhões de dólares; Rede Ferroviária Federal, hoje, março, 50 milhões de dólares; DNER-BR, que é a distribuidora, 3; DNER com a Petrobrás, 21 milhões de dólares; conta-álcool, 350 milhões de dólares; conta-petróleo, 394 milhões de dólares e Siderbrás, 113 milhões de dólares. Débitos que temos: CNP-FUP, 41 milhões de dólares; FND, 656 milhões de dólares e a FRMM, 77 milhões de dólares, sendo que governo já negociamos, vamos pagar, se não me engano, em dezessete parcelas ou quatorze parcelas. Resultado líquido credor: 583 milhões de dólares.

Esse é um problema muito sério que a Petrobrás vai ter que enfrentar se quisermos que ela opere, que ela venha a se comportar como empresa, com todas as responsabilidades sociais que ela tem; que o governo tenha um comportamento que não atinja ou não ameace a integridade da Companhia.

É basicamente isso que desejava mostrar aos Srs. parlamentares em termos de números. Temos outros números, temos outros dados, que não sei se seria muito extenso agora levantar, mas que estão disponíveis. Trouxe comigo uma equipe que pode me ajudar a esclarecer dúvidas que os senhores parlamentares tenham a respeito da Petrobrás e do Sistema Petrobrás: o Dr. Plínio, da área Comercial; o Dr. Nelson, da área Financeira; o Dr. Alfeu, da área de Produção; o Dr. Cid, da área de Planejamento. A empresa é grande demais para eu pretender — depois de estar lá há aproximadamente um mês — conhecer tudo ou que eu possa discorrer sobre tudo. No que for possível, no que for da minha competência eu farei, mas gostaria

de contar com a ajuda dessas pessoas, às quais atribuo todo o crédito. O que eles disserem será como se tivesse sido dito por mim. Estou à disposição dos senhores membros da Comissão, evidentemente, para o que for necessário esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Gostaria, de início, de conceder a palavra ao Relator. (Ausente.)

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, que é o Sr. Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, ilustres Colegas, Sr. Presidente da Petrobrás:

Como faço habitualmente, para registrar o interesse dos trabalhadores da Petrobrás, registro a presença dos representantes sindicais que têm vindo com frequência a esta Comissão. Estão presentes hoje, mais uma vez, o Sr. Luís Fernando Maia, Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros e dos Sindicatos dos Petroleiros em Minas Gerais, no momento licenciado do cargo. O Sr. Marival Nogueira Caldas, Secretário-Geral da mesma Federação e Vice-Presidente do Sindipetro-Bahia. Atualmente respondendo pela Federação Nacional. O Sr. Natálio Sticca, (?) Presidente do Departamento Nacional dos Petroleiros, da CUT, e também Tesoureiro do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e de Santa Catarina. Francisco Canavarro, Diretor-Social da Federação Nacional dos Petroleiros e Diretor do Sindipetro do Rio de Janeiro; Adónis José Dutra, Presidente do Sindipetro de Pernambuco; Ari Carvalho Pinto, Secretário-Geral do Sindipetro de São José dos Campos.

Vejo chegar ao recinto mais alguns empregados da empresa, o Sr. Aluizio Nunes de Arruda, Presidente do Sindicato do Ceará; Antônio Adalto de Barros, Secretário do Sindicato de Manaus, Amazonas; e Roberto William de Santana, Presidente do Sindicato de Duque de Caxias.

Isso para que fique patente que o trabalhador da Petrobrás, além de cumprir sua obrigação para com a empresa, participa da luta em defesa dos seus interesses.

O Presidente, recentemente na empresa, precisa se aperceber desse detalhe. A Petrobrás não é uma empresa comum, os seus técnicos, seus operários fazem um pouco mais do que marcar o ponto e cumprir suas horas de trabalho. Eles também dão sua contribuição como cidadãos e como empregados da empresa. E quero registrar e destacar também a presença de um Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, à qual os Sindicatos de Petróleo são filiados, o Sr. Linto Campos de Oliveira, que é o Secretário-Geral da CNTI.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente da Petrobrás, eu gostaria de rapidamente relatar para V. S.ª o que foi o depoimento do ex-Presidente Shigeaki Ueki, quando tivemos a oportunidade de apresentar alguns trabalhadores que ainda se encontram injustiçados na empresa, pois a Constituição não está sendo cumprida. Trouxe esses trabalha-

dores ao vivo, para esse depoimento; trouxe, inclusive, um caso lamentável, um dos trabalhadores injustamente demitido pela empresa morreu na dificuldade. Sentado neste lugar onde o senhor está, o ex-Presidente Shigeaki Ueki se rendeu à evidência dos fatos, inclusive se ofereceu para tentar minorar os sofrimentos da família.

No seu depoimento, V. S.ª apresenta uma série de dados em que mostra preocupação com o aspecto do patrimônio da empresa, da sua situação financeira. Mas, assim como o Presidente Shigeaki Ueki, V. S.ª não profereiu uma palavra sobre este assunto que nos preocupa, que é o pessoal da Petrobrás. Este pessoal, que durante o regime ditatorial foi tratado com mão-de-ferro, foi tratado em um regime quase que absurdo — e dei o exemplo de um projeto que foi feito nesse regime e que foi orçado em mais de 70 milhões de dólares; esse projeto agora foi refeito por 40 milhões de dólares esse pessoal, esses companheiros que fizeram esse projeto eram incompetentes ou desonestos? Ele disse: não, eles tinham medo de discordar da Direção da Companhia, havia o medo de errar e o medo de se discordar. Eu disse aqui ao Presidente Shigeaki Ueki, claramente, que ele foi um Presidente insensível e autoritário. Implantou na empresa, em conluio com as forças da repressão, uma administração que não dava oportunidade à divergência salutar e que só gera benefício para a empresa.

Por isso, preocupa-me que V. S.ª também não tenha dado uma palavra nesse sentido. O grande problema da Petrobrás é de recursos humanos

Durante os anos de ditadura, a começar com a implantação de comissões de expurgo, que, após o golpe militar, se apossaram da direção da Petrobrás, muitos técnicos da maior valia foram expurgados, e normas que moralizavam a admissão de pessoal foram revogadas. Por exemplo, a Resolução nº 36/63, que impedia a admissão de “petronautas”, ela foi revogada. E cada Presidente e cada Diretor que chegava levava de 5 a 8 Assesores de Gabinete, que ocupavam cargos destacados, salários altíssimos. Esses diretores, ao se retirarem, deixavam esses famosos “petronautas” lá e a maioria continuou na empresa.

Outras coisas que ocorreram e que eu poderia explicitar: houve casos de secretárias que recebiam “cortes” do seu chefe e não acediam; quando veio o Movimento de 1964 essas funcionárias foram demitidas, por estarem participando da agitação político-sindical.

Quer dizer, foi um negócio desumano, e isso traumatiza os quadros da empresa. Lamentavelmente, entra Direção, sai Direção, e só há a preocupação em aumentar o número de sondas. Mas essas sondas, esses equipamentos, infelizmente, não podem ser operados sem técnicos.

Vamos diminuir. A primeira coisa em que se fala é em demitir o pessoal. Normalmente, demitir trabalhadores.

Quero ouvir falar, por exemplo, dos últimos Presidentes, Diretores, que vieram e levaram “petronautas”, e que hoje estão todos na Petrobrás. Alguns no Brasil e outros no Exterior. Ainda não ouvi uma palavra no sentido de afastar essas pessoas que entraram sem concurso. Inclusive o ex-Presidente confessou aqui que entrou na empresa, aliás, se autocontratou sem concurso.

E essa resolução que foi revogada, proibia isso. Só podia entrar na Petrobrás quem fosse aprovado em concurso público. Mas nunca se ouviu falar que nenhum desses Dirigentes sofreu qualquer punição.

Eu registrava a diferença entre a estatal do Primeiro Mundo, e a do Terceiro Mundo. É que na estatal do Primeiro Mundo o cidadão, para chegar à direção dessas empresas, por exemplo, o diretor é escolhido entre funcionários que mostram competência, mostram probidade, mostram dedicação à companhia. Não basta ser amigo do general de plantão ou do político influente. Estou falando do mau político. Porque o bom político não faz isso.

E no Terceiro Mundo não é assim. É feito na base do compadrio. Eu citava, por exemplo, a Inglaterra — hoje é uma moda privatizante, todo mundo acha que a solução é privatizar a qualquer preço, e até de maneira irregular. Eu dava um exemplo, que faço questão de repetir: Hoje e agora, na Inglaterra, que é uma das três mais prósperas economias do mundo, toda a energia elétrica é produzida, é gerada e distribuída por uma empresa estatal. A diferença é que lá, para se galgar a diretoria, eventualmente o Presidente vem de fora é salutar, acho que oxigena —, mas o quadro de diretores dessas empresas é escolhido entre funcionários dos quadros normais da empresa, que entraram por concurso, que têm currículos bons, e um passado de eficiência e probidade.

Mas, o que se vê na Petrobrás? Quantos diretores entraram, incompetentes, e até com indícios de improbidades? E ninguém nunca viu, se apurar até o fim a sua atuação. Agora, quando é trabalhador é a ferro e fogo!

Como empregado da empresa, e como Deputado, eu me preocupo muito, acho que as coisas não estão andando bem na empresa. Porém, mais uma vez, querem consertar a Petrobrás, querem arrumar a economia da Petrobrás batendo no trabalhador, punindo o trabalhador.

Acho que isto é um péssimo início. E temo, mesmo, Sr. Presidente, aliás, o Presidente já deu uma informação incorreta; ele disse que a empresa tinha 30 Presidentes. Não é verdade, a empresa já teve 22 Presidentes. Temo que o senhor esteja marchando para ser o 23º e vir em seguida o 24º. Porque as declarações que o senhor tem dado a jornais não têm sido muito felizes, inclusive V. S.ª, conhecendo muito pouco ainda a empresa, conhecendo apenas o edifício-sede, não conhecendo o trabalho patriótico e duro nos campos de petróleo, nas plataformas, nas refinarias, V. S.ª fez uma afirmação altamente

injusta com relação ao quadro de empregados da empresa, quando disse que na empresa trabalhava-se pouco e fazia-se muita política. Lá, faz-se a boa política, a política do nacionalismo, a política da probidade. Eu desafio que alguém possa apontar um ato desonesto, um ato incorreto contra os interesses da empresa que tivesse a convivência ou a participação dos seus trabalhadores. Pelo contrário, isso que V. S<sup>a</sup> denuncia aí, de que a empresa, desde 1985, vem sendo prejudicada e depreciada, tem tido o combate firme dos empregados da Companhia, e nenhum deles teve responsabilidade nisso, pelo contrário!

Para concluir, porque este assunto é muito palpitante, quero fazer a V. S<sup>a</sup> algumas perguntas este primeiro lote é da Federação Nacional dos Trabalhadores em Petróleo, que eu, regimentalmente, passo a endossá-las.

A Federação Nacional de Trabalhadores de Petróleo pergunta a V. S<sup>a</sup> — vou dar-lhe a cópia para ficar mais fácil.

1) Sr. Presidente, todos os depoentes que passaram por esta Comissão foram unânimes em apontar como a causa maior que gerou a crise da Petrobrás a inconseqüente política de preços dos derivados de petróleo, adotada pelo Governo.

Pergunta: Este problema continua, ou o Governo atual pretende recuperar a defasagem de preços, concedendo novos aumentos? Não sendo possível, neste instante, a concessão dos reajustes, que pretende fazer V. S<sup>a</sup> para recuperar a saúde financeira da Petrobrás?

2) Os prazos de pagamento concedidos às empresas distribuidoras de derivados levaram a Petrobrás a ter prejuízo de milhões de dólares. Esse comportamento fere, frontalmente, a lei em vigor e, com a inflação alta, só quem tinha lucros eram as empresas distribuidoras.

Pergunta: Quais são os prazos concedidos, hoje, às distribuidoras e outros para pagamento nas compras de derivados?

3) V. S<sup>a</sup> declarou à imprensa — *Jornal do Brasil* do dia 19 de abril de 1990 — que a empresa vai adotar, cada vez mais, a iniciativa privada, contratando o serviço de perfuração, como também outros serviços prestados por empreiteiras.

Pergunta: V. S<sup>a</sup> pode nos dizer quantas sondas de perfuração da Petrobrás estão paradas hoje e quais os outros serviços de empreiteiras serão mantidos e contratados? V. S<sup>a</sup> conhece a qualidade dos serviços prestados por essas empreiteiras?

Eu adiciono por conta própria, pois conheço de perto. A maioria dessas empresas que servem à Petrobrás presta serviços mais caros do que a empresa e de péssima qualidade. Conheço isso de perto, inclusive, empregando equipamento impróprio e pessoal desqualificado, a fim de pagar mais barato, ameaçando vidas humanas. Operei dois anos em Mataripe e vi empregados dessas empreiteiras cometerem os maiores absurdos, ameaçando a segurança das suas próprias vidas e, conseqüentemente, dos empregados da Petrobrás.

Ouvi do chefe de unidade em Mataripe, a seguinte afirmativa: Se no próximo ano esta empresa, que está aqui e agora, for contratada novamente para fazer a manutenção desta unidade, peço demissão. Eles deixavam compressores com parafusos indevidamente apertados, usavam material de segunda qualidade, mão-de-obra de segunda e muitas delas nem equipamento tinham; iam para dentro dos canteiros da Petrobrás e usavam o equipamento da empresa, porque não levavam o seu próprio equipamento.

Alguém está ganhando com isso, ou há muita incompetência, ou muita desonestidade nessas contratações.

Sr. Presidente, sei que estou sob os rigores de dizer a verdade e responder às conseqüências se assim não o fizer. Se isso for apurado, muita gente vai para a cadeia. Ou é incompetência, ou desonestidade.

Vou prosseguir nas perguntas; faltam só mais duas.

4) V. S<sup>a</sup> declarou, também, através da imprensa já citada, que dentro da Petrobrás se fez muita política e trabalhou-se pouco, gerando com isso a crise da Petrobrás.

Pergunta: Gostaria de saber que política foi essa, e se V. S<sup>a</sup> acha que o trabalhador da Petrobrás trabalha pouco, sendo responsável pela crise da empresa?

5) Com a prefixação dos preços e salários, e a inflação zero, decretada pelo Governo, os trabalhadores da Petrobrás, através dos seus sindicatos, vão querer negociar as perdas salariais ocorridas no período de fevereiro a abril. Esse procedimento de negociações entre patrões e empregados é recomendado pelo próprio Governo.

Pergunta: V. S<sup>a</sup> está disposto a negociar com os sindicatos, ou vai aguardar instruções do Governo? Se a Petrobrás pretende ser privatizada precisa ter também um comportamento, nessa área, como se fosse empresa privada. Negociar e enfrentar as conseqüências, para negociar bem. Aliás, neste ponto, acho que a Petrobrás também está muito defasada, o setor de negociação com os sindicatos está desaparecido, em descompasso com as modernas técnicas de negociação, em que pese ter muita gente competente lá, mas sem motivação e sem apoio.

O direito de greve é previsto e assegurado pela Constituição em vigor. Mesmo enquadrados na lei que regulamenta a greve em serviços essenciais, os petroleiros poderão deflagrar uma greve, caso as negociações com a empresa, objetivando a recuperação das perdas salariais, não surtam os resultados esperados pelos trabalhadores.

Como V. S<sup>a</sup> analisa a possibilidade de greve? A Lei de Anistia ao direito de greve, aprovada na Constituição de outubro de 88, ainda não foi cumprida pela Petrobrás, pois existem diversas tendências provocando uma brutal injustiça aos prejudicados, ou seja, 42 demitidos em Mataripe, em 1983, por participarem de greve. Inclusive, o que é mais lamentável, alguns trabalhadores que haviam trabalhado na véspera foram demitidos. Num

regime de turnos contínuos, muitas vezes o trabalhador tem necessidade de trocar sua jornada; e explicito aqui o caso de um trabalhador que ia levar o filho para fazer vestibular em Aracaju e propôs ao seu colega antecipar sua jornada de trabalho. Trabalhou na véspera da greve. Obviamente, no dia da greve, estava dispensado de trabalhar, e como o seu cartão de ponto estava em branco, esse trabalhador foi demitido. Ele foi à justiça, o seu chefe imediato foi à justiça depor em seu benefício, dizendo que ele tinha trabalho por antecedência, com sua autorização, mas o Presidente Shigeaki Ueki, com seu autoritarismo, mandou que demitisse 10% do efetivo da refinaria e, contra a vontade de muitos chefes de setores, esses 10% foram demitidos; 32 foram demitidos em Caxias por participarem de greve, um no Rio Grande do Sul, um em Sergipe, com centenas de punições por participarem de greve.

V. S<sup>a</sup> vai cumprir a lei, readmitindo esses trabalhadores especializado e anular as punições?

Agora, uma pergunta rápida da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, que, regimentalmente, também adoto: V. S<sup>a</sup> tem enfatizado a necessidade de promover um processo de enxugamento na Petrobrás, isso prevê demissões de empregados?

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás divulgou aos Congressistas um boletim sobre as atividades exercidas pela Petrofértil. O boletim destaca uma matéria sobre as manobras do ex-Presidente da Companhia, Shigeaki Ueki, para retirar a Ultrafértil, subsidiária da Petrofértil, do setor de comercialização de produção e venda de fertilizantes compostos, considerado o *filee mignon* da área de fertilizantes. O objetivo confesso de Ueki era de beneficiar a iniciativa privada.

Eu gostaria de saber que política sua administração prevê para o setor de fertilizantes e se V. S<sup>a</sup> acredita que estaria na hora de a Ultrafértil voltar a atuar neste segmento de ponta do setor de fertilizantes?

A última pergunta: Os empregados da Interbrás estão entrando com uma ação popular na Justiça Federal esta semana, alegando ser inconstitucional a extinção da empresa, pois fere a Lei da Sociedade Anônima, que proíbe a liquidação de empresas lucrativas.

O ex-Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, posicionou-se, claramente, através de telex que passou ao Ministro da Infra-Estrutura, contrário à extinção da Interbrás. V. S<sup>a</sup> é da mesma opinião? Por que extinguir uma *trading* lucrativa que sempre abriu espaço a outras empresas nacionais no mercado externo?

2) A propósito, V. S<sup>a</sup> defende, a exemplo do Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, uma ação mais agressiva da Interbrás no mercado internacional, não seria, então, um paradoxo extinguir a empresa neste momento? E eu gostaria de registrar, aduzindo a isto, que muitos dos empregados que estão na Petrobrás, cedidos pela Interbrás e vice-versa, foram pelo interesse da companhia que, inclusive, investiu nos seus treinamentos. Esses

empregados vão pagar um preço tão caro? Não haveria condições de, tecnicamente, aproveitá-los na empresa que, em muitos lugares, tem carência de pessoal?

Para concluir, é o quinto lote, uma pergunta só: Considerando que os empregados da Interbrás e da Petromisa estão completando dois anos de trabalho efetivo em julho próximo, tendo suas, cessões sido automaticamente prorrogadas pelo órgão da Petrobrás e que esta empresa investiu continuamente e com altos custos em cursos de aperfeiçoamento, ao longo desses vinte e dois meses, na mão-de-obra cedida, concluindo estudos para absorção dessa força eficiente de trabalho, o que pensa V. Sª a respeito do aproveitamento na Petrobrás dos empregados da Interbrás e da Petromisa?

Faço uma ponderação. V. Sª ao assumir a empresa, de maneira louvável, não levou para chefiar o seu gabinete, nem para assessorá-lo, pessoas de fora; escolheu técnicos da empresa com currículos recomendáveis, o que é altamente positivo. Quando V. Sª deixar a empresa, espero que tenha uma gestão "petronautas", que têm altos salários e depois precisam ser "encaixados" a qualquer custo num cargo qualquer. Nesse aspecto ressalto a correção com que V. Sª se houve.

V. Sª transferiu o setor de Planejamento, que era da área do Presidente, para a área do Diretor Financeiro. Por que não fez o mesmo com a área de Recursos Humanos, que é o "calcanhar de Aquiles" dessa companhia? Continua sendo um serviço de terceiro escalão, infelizmente, com algumas pessoas apropriadas, mas com uma grande parte inadequada para o mister. Num documento que encaminhei ao Presidente da República e o distribuí para meus nobres Pares, eu mostrava que a Petrobrás tem o hábito de pegar um engenheiro de fim de carreira, brilhante como engenheiro, como projetista, como calculador e dar-lhe a incumbência de dirigir as relações industriais. Sacrifica o pobre do engenheiro e não resolve o problema. A área de administração das empresas, sejam nacionais ou multinacionais, é uma área específica, é sempre colocada como uma pirâmide da administração, sempre recebe tratamento prioritário. As multinacionais fazem isso e a Petrobrás insiste em achar que esse é um negócio que pode ser tratado quando o Presidente tem tempo, porque ele é um homem muito ocupado, que viaja muito. Houve anos em que o Presidente ficou mais da metade do ano no exterior, comprando e vendendo petróleo, e cuidava dos recursos humanos da companhia. Ele estava passando oito, dez serviço da companhia, e o setor parava. Hoje, todas as grandes empresas no Brasil, sejam estatais ou privadas, colocam a gestão dos Recursos Humanos numa posição de destaque. Não seria melhor se V. Sª também colocasse esse setor de Recursos Humanos sob os cuidados de um dos ilustres diretores que foram escolhidos sem críticas à diretoria passada que era integrada por técnicos da empresa, de capacidade reconhecida. Acho

que é um direito do novo diretor remanejar os seus quadros, senão poderá alegar amanhã que não pôde imprimir o seu ritmo, a sua personalidade. Se V. Sª colocou pessoas do quadro da empresa, que gozam de conceito profissional, que gozam de reputação de honorabilidade, por que não atribuir a um desses diretores a responsabilidade na gestão dos recursos humanos?

A meu juízo, e creio que de todos os representantes sindicais da Petrobrás, ainda estão numa posição claudicante que pode levar essa empresa, num futuro próximo, a ter problemas muito sérios, como uma nova greve geral.

Registro a presença de mais um representante dos trabalhadores da Petrobrás. É enfadonho mas necessário, para mostrar o interesse desses homens que se locomoveram do Amazonas e do Rio Grande do Sul para vir a esta CPI, na crença de que seus trabalhos possam realmente trazer benefícios para o monopólio estatal, e, conseqüentemente, para o País, e mais ainda para os seus trabalhadores.

Está presente aqui o Sr. João Carlos Dantas Padilha, Diretor da Federação Nacional dos Petroleiros e do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, não sei se algumas perguntas lhe agradaram, mas a minha intenção é que o assunto contribua para tornar a Petrobrás transparente, que a Petrobrás deixe de ser aquela "caixa preta" que foi no período ditatorial, onde a impunidade existia para os poderosos, e o menor erro dos seus trabalhadores era punido à mão-de-ferro.

Ao Sr. Shigeaki Ueki, quando perguntou se eu estava insinuando que ele era desonesto, eu disse-lhe com desprazer que não, mas no dia em que eu tiver um documento que prove ser ele desonesto, eu vou pegá-lo, pegá-lo mesmo! Agora, pude dizer a ele que ele foi um Presidente insensível, autoritário e que destruiu a criatividade na companhia. Essa companhia cresceu muito, mas podia ter crescido muito mais.

Eu lhe desejo — o senhor é jovem, se o senhor nunca deu um pulo para frente, também nunca deu para trás; nunca soubemos do seu nome envolvido em escândalos ou em coisas que o pudessem comprometer. Então, o senhor é uma esperança! Agora, ouça mais: esse quadro de funcionários e esses dirigentes sindicais, que jamais irão chegar ao seu gabinete para pedir qualquer coisa de interesse pessoal, eles podem até eventualmente ter uma posição equivocada, mas é voltada para o interesse da empresa, é voltada para o interesse nacional. E temos um amor muito grande a esta companhia. Qualquer pessoa que chega de fora é recebida com os braços abertos. Agora, com muito cuidado!

Acho que V. Sª pode ainda rever um pouco suas posições quanto ao quadro de funcionários, quanto ao quadro de empregados e que considere o caso das injustiças. Elas são um problema que, enquanto não forem erradicadas da Petrobrás, serão um entrave para

um entendimento entre a Direção e os seus trabalhadores.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TINOCO (Presidente) — Com a palavra o Sr. Luís Octávio.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Antes de entrar nas respostas, eu queria fazer um reparo ao que o Deputado falou sobre a minha alocação.

Não deixei de mencionar o setor de pessoal, quer dizer, quando falei na redução de investimentos da empresa, da redução dos níveis de estoque das empresas, da alteração das condições de pagamento, da contratação de serviço, da colocação de ordem de compra, deixei claro, textualmente, desde que não comprometam a segurança do pessoal e das instalações. É uma preocupação nossa — inclusive, tivemos o infortúnio de ter um acidente — e começou a ser ventilada a hipótese de que a Petrobrás, na redução dos seus investimentos, tivesse contemplado a redução da manutenção de seus gastos de custeio. Isso não é verdade, custeio não é investimento.

Eu queria dizer aos Srs. Parlamentares que, no ano de 1989, o gasto de preservação e manutenção das plataformas atingiu 116 milhões e 868 mil dólares. Até este momento, já gastamos 33 milhões de dólares com manutenção. Isso é uma demonstração objetiva da nossa preocupação com o bem-estar do empregado. A previsão do custo total de manutenção para os anos 90 é acima de 250 milhões de dólares.

Então, isso mostra a nossa preocupação em criar ou formular idéias para que a Petrobrás possa economizar um pouco para fazer frente às dificuldades que — pelo menos, até o começo do Governo Collor ela vinha enfrentando — não atingiram, em momento algum, a preocupação que temos com a segurança dos empregados.

Bom, primeiro quero dizer ao nobre Deputado o seguinte: acho que não há pergunta que eu goste ou desgoste, V. Exª tem o direito e a obrigação de fazer perguntas e eu de respondê-las; não pretendia ter claqué, V. Exª tem que fazer as perguntas que achar que devam ser feitas e eu devo respondê-las da melhor forma que puder. Então, não gosto nem de gosto de perguntas. V. Exª me fez perguntas e vou tentar respondê-las; posso ser convincente ou não, mas fique absolutamente tranquilo, porque acho que é a sua função aí, e a minha aqui.

Sou uma pessoa que pode ser acusada de tudo, menos de formação de quadrilha. Não levei nenhum empregado, ninguém comigo. Toda a minha Diretoria, todo o meu Gabinete é formado por funcionários da Petrobrás. Não arriscaria dizer com menos de 20 anos, porque o De Luca é um quadro exemplar na Petrobrás e me parece que não tem nem idade para estar há 20 anos na Petrobrás. Mas não levei ninguém.

É minha segunda experiência em serviço público. A primeira foi como Presidente da

CVM, durante a gestão dos Ministros Dílson Funaro e Bresser Pereira; também não levei ninguém para a CVM, não compus minha Diretoria com ninguém de fora, mantive as pessoas que lá estavam e da mesma forma vou agir na Petrobrás.

Por que fiz isso? Favor a alguém? Foi por um simples motivo: acho que se a Petrobrás está num situação difícil, esteve numa situação crítica há poucos meses; se a Petrobrás se encontra numa situação de questionamento da própria forma de atuar como empresa estatal, acho que a solução deve sair do quadro de funcionários. Acho que quem tem massa crítica para me ajudar a fazer a Petrobrás sair da crise, são os funcionários da Petrobrás.

Quando digo que se faz muita política, acho que se fez muito proselitismo e não estou falando do grosso de funcionários. Se eu não confiasse nos meus funcionários eu não teria no meu Gabinete e na Diretoria inteira funcionários da Petrobrás. Não trouxe nenhuma pessoa de fora para o sistema Petrobrás e tenho atribuição para fazer isso...

O SR. MÁRIO LIMA — Meus parabéns!

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — ... fora dos quadros da Petrobrás. Então, acho que — como digo brincando — formação de quadrilha é uma coisa que nunca irão dizer que eu andei fazendo durante a minha vida pública.

Com relação aos "petronautas", mencionados por V. Ex<sup>a</sup>, quero dizer que adotamos agora uma medida, que eu também mencionei rapidamente aqui, reduzindo o quadro de assessoramento da empresa; temos 143 cargos de assessoramento, reduzi 43, o que significa, mais ou menos, 30%. Porém, quero reduzir mais 30% do total, quer dizer, vamos ficar com 1/3 do que tínhamos, porque não vejo razão para um gabinete estar povoado de gente, povoado de pessoas que precisem de prêmios de consolação.

Quanto ao que V. Ex<sup>a</sup> disse a respeito de privatização, eu gostaria de dizer que muitos me atribuem — pelo fato de haver trabalhado em iniciativa privada, de ter sido Presidente da CVM, que é um órgão ligado a mercado, à iniciativa privada — ter vindo fazer privatização a qualquer preço.

O que penso sobre o capital privado, capital estatal, podemos até discutir, acho que não cabe agora, mas em outra oportunidade. Não posso privatizar a qualquer preço por uma razão muito simples: sou gestor da Petrobrás, privatizar a qualquer preço, significa responsabilizar-me por algo que não estou disposto a ser responsabilizado. Privatizo de acordo com a forma, a Petrobrás não, evidentemente, as empresas ligadas ao monopólio. Mas a idéia de se privatizar parte do setor estatal, com a qual concordo. Tem que ser feita em bases que remunere o ativo que está sendo vendido, sob pena de amanhã eu vir a ser acusado de administração ou gestão danosa aos interesses e ao patrimônio da própria União.

Não acredito na privatização a qualquer preço. Não é a minha idéia. Não é a minha crença. Acho que a privatização tem que ser o preço justo e dentro de uma política global. Não existe privatização caso a caso. Existe uma política global de privatização. E quero também deixar claro o seguinte: quando falo em privatização, falo da privatização daquelas atividades que não constituem monopólio da União, cuja executora é a Petrobrás. De forma alguma! Isso acabou de ser votado na Constituição e não serei eu — minha formação é de advogado — que irá aqui pleitear para que não se respeite a lei.

Quanto à relação dos anistiados a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, vários estão sendo injustiçados, e eu diria que vários estão sendo reconduzidos, ou já o foram. E não por mim. Não estou, digamos, colocando uma posição minha, isso já vem sendo feito em vários casos. O Presidente Sant'Anna teve ocasião de reconduzir vários. Acho que o Presidente Armando Guedes fez também alguma recondução. O próprio Presidente Orlando Galvão fez, apesar de estar em um período pequeno de gestão.

Então, parece-me que existem ainda alguns para serem reconduzidos, mas vários anistiados estão, inclusive o chefe de gabinete do Ministro Sant'Anna era um funcionário da Petrobrás, que gozou do benefício da lei de anistia.

Eu queria responder V. Ex<sup>a</sup> e prestar esclarecimentos. Então, só um ponto que volto sobre a sua locução inicial: eu concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que havia, quando os Presidentes assumiam, uma enxurrada de não concursados, não funcionários da Petrobrás.

Eu sou francamente favorável ao aproveitamento dos quadros da Petrobrás. Quando eu faço alguma crítica — e eu tenho que fazer, porque os quadros da Petrobrás também não são perfeitos, aliás, ninguém é perfeito, todo mundo tem os seus defeitos e eu, na minha função, sou obrigado a fazer essa crítica — ninguém mais do que eu acredita nos funcionários da Petrobrás. Eu tive, por delegação do Presidente Collor, autorização para fazer uma Diretoria da Petrobrás. Eu podia ter feito a Diretoria que quisesse, mas fiz questão de fazê-la com os quadros da Petrobrás.

Então, a mim não pode ser imputada, de forma alguma, a vontade de agregar aos ainda existentes os meus próprios "petronautas".

Vou seguir aqui a sequência das perguntas que V. Ex<sup>a</sup> fez para eu não me perder.

Acho que a principal causa dos problemas da Petrobrás é a defasagem de preços, a política que foi usada de fazer com que ela restringisse os seus aumentos de derivados, para que a inflação não sofresse impacto. Penso que o principal problema da Petrobrás é o que a levou a subsidiar de, alguma forma, a baixa taxa de inflação.

O Governo atual não pretende isso. Existe uma defasagem pequena, como já mencionei, de 6,20%, mas é algo administrável, é algo que nós já estamos trabalhando. Não vejo, dentro da política global do Governo Collor,

de mercado livre, de livre iniciativa, de procurar competição, de procurar redução de custo, que isso viesse a ser imposto à Petrobrás. De forma alguma. Acho que a realidade tarifária é um compromisso do Presidente Collor.

É verdade que os prazos de pagamento concedidos às empresas distribuidoras de derivados levaram a Petrobrás a ter prejuízos de milhões de dólares? Somente no momento inflacionário. Estamos revendo essa política, nós estamos passando também por um momento complicado, porque com a retração de algumas atividades as distribuidoras como um todo, inclusive a BR, têm dificuldades de colocar alguns produtos.

Então, estamos vendo isso num cenário global para que possamos repensar a forma de pagamento dos produtos que são comprados pelas distribuidoras.

Eu declarei ao *Jornal do Brasil* que a empresa vai adotar cada vez mais a iniciativa privada contratando serviço... Eu gostaria de fazer uma análise pequena sobre a minha visão da Petrobrás através de um período da História do Brasil.

Quando houve uma oferta grande de dinheiro no mercado internacional — não vai crítica, o que estou tentando formular aqui é um cenário e como é que à Petrobrás agiu dentro desse cenário. A Petrobrás precisava achar óleo. Foi ao mercado internacional, tomou esse dinheiro que foi aplicado em investimentos que requeriam imobilizações.

Qual é o cenário que vejo hoje? Hoje, o dinheiro é curto e caro. Quando eu falo — e isso não é muito bem entendido — em substituir os próprios trabalhos da Petrobrás pela iniciativa privada, é sempre visando o seguinte: que uma empresa forte, hoje, é aquela que age em caixa.

Se eu puder contratar, hoje, uma plataforma — isso é um cálculo financeiro — que vai trabalhar para a Petrobrás, por que eu vou comprar uma plataforma? Eu fico com muito mais caixa e, portanto, muito mais agilidade, muito mais mobilidade do que comprar essa plataforma como vinha sendo feito. Estava errado o que foi feito? Não, estava certo. Havia uma oferta de dinheiro que barateava a compra da plataforma. Se, hoje, eu for comprar uma plataforma terei que investir tanto, imobilizar tanto que, talvez, eu venha a obter os mesmos resultados alagando.

Eu não estou dizendo isso como verdade, mas como uma tese que tem que ser vista e avaliada financeiramente. É somente isso. Amanhã, as condições mudam. Há uma oferta absurda de dinheiro, é fácil se tomar dinheiro, é mais barato fazer a plataforma do que os donos da plataforma. O que acho é que temos que aprender e a empresa tem que aprender — nós temos que trabalhar assim —, vivendo dentro das conjunturas.

A conjuntura, hoje, não é a que fez nós formarmos um investimento na Bacia de Campos, é outra. Se nós tivermos outra bacia como a de Campos, ela terá que ser estruturada em termos operacionais, em termos fi-

nanceiros, de forma diferente senão não terá jeito. É assim que terá de ser feito sob pena de tentar operacionalizar coisas em bases erradas, em premissas incorretas.

Então, volto a dizer: houve determinados serviços? Sem dúvida, a Petrobrás presta muito melhor do que qualquer empreiteira. Não tenha dúvida disso, eu nunca falei o contrário. O que nós temos que analisar é a economicidade de cada uma dessas oportunidades. Quando eu falo isso, não estou diminuindo a Petrobrás. Quando eu falo isso, quero fazer a Petrobrás crescer, quero recuperar a empresa dentro do cenário que nós temos hoje, que é a necessidade de agilidade financeira, de manuseio de caixa de forma rápida, para que a empresa possa ser grande e se recuperar do baque que sofreu no ano passado.

Com relação à luta política — e trabalhou-se pouco — eu não falei isto. Eu disse que em determinadas áreas — e é verdade — previamente às eleições, foi feito um proselitismo político enorme na empresa, não digo na massa, mas em determinadas áreas, o que, de certa forma, comprometeu a eficiência e o bom andamento da empresa. E eu mantive o que disse. Não acho que o trabalhador trabalha pouco. Pelo contrário, eu não fui, ainda, a uma plataforma. Eu estou indo na próxima segunda-feira, mas quem, por exemplo, conhece e trabalha na plataforma ou trabalha em poço como Urucum, não pode achar que o trabalhador da Petrobrás trabalha pouco. Eu nunca achei isto, nunca falei isto.

Se eu estou disposto a negociar com os sindicatos? Sim, estou. Existe uma instância para negociar com o sindicato que é o Serviço de Relações Industriais. A minha visão sobre negociação no sindicato é a de que seria meio louco imaginar, numa época em que vivemos, que nós podemos impor a uma massa trabalhadora, como a da Petrobrás, regras, e nem me sentiria à vontade em fazer isto. A negociação faz parte quando nós negociamos com uma. Como é que nós ousaríamos em não negociar com o nosso principal ativo que é nossa mão-de-obra? Então, de forma alguma, eu daria qualquer instrução ou, de certa forma, inibiria a negociação com os sindicatos que representam as classes que trabalham para a Petrobrás.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MÁRIO LIMA — É para fazer um registro que só é oportuno agora.

Sr. Presidente, V. S<sup>a</sup> colocou as coisas claramente. Eu posso discordar de alguns aspectos, mas respeito o pensamento de V. S<sup>a</sup> que diz que vai determinar ao Serind para que faça essa negociação.

No ano passado, exatamente em novembro de 1989, o Serind fez essa negociação com os sindicatos e chegou a um patamar de entendimento. Quando parecia que o acordo ia ser assinado, a Diretoria desautorizou. Em

consequência disso, em janeiro, houve uma greve. Estou dando um exemplo de como as coisas funcionavam e estou pessimista, as pessoas são as mesmas que fizeram isso durante muitos anos e temo que, novamente, haja essa negociação, e os sindicatos vão ter que cumprir a sua obrigação constitucional.

Entendeu, Sr. Presidente? Quero fazer esse registro, porque agora é oportuno.

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Acho muito oportuno seu registro. Só não concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando “diz que as pessoas são as mesmas”; as pessoas não são as mesmas. V. Ex<sup>a</sup> mencionou que a Diretoria teria decidido não confirmar os entendimentos havidos, mas a Diretoria é toda nova. Não posso imaginar. Deputado, pedir que alguém negocie com o sindicato não dando legitimidade a essa negociação. Isso não existe. Isso é desgastante. Isso é profundamente contraproducente. Acho que é pensado.

De minha parte, V. Ex<sup>a</sup> pode estar certo que quem for negociar tem autorização para tal, tem minha delegação para negociar.

Claro que analiso a possibilidade de entrar em greve. Isso existe e temos que trabalhar com essa possibilidade. Como V. Ex<sup>a</sup> falou do Serind, que teve sucesso, no ano passado, e que houve uma interferência e isso acabou em greve, esperamos que ele tenha o mesmo sucesso. Tenho certeza de que a Diretoria não vai contra ou não vai impedir que qualquer desses homens do Serind venham a fechar os sindicatos.

Com relação à última pergunta, a Lei da Anistia, acho que já respondi em parte. Com relação aos demitidos de Mataripe, demitidos de Caxias, e um do Rio Grande do SUL, eu gostaria de dizer que esses casos são diferentes, são todos demitidos em função de greve, mas são casos diferentes. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> concorda comigo, mas me parece que são casos diferentes. Isso faz parte um pouco do que V. Ex<sup>a</sup> está me cobrando do Serind. Em que sentido? Se peço ao Serind para negociar com os sindicatos; se peço ao Serind para me representar e se me comprometo a não reformar o que o Serind fechar, também não posso desautorizar o Serind quando ele me diz que alguém ou algumas pessoas se comprometeram de forma a, por exemplo, ameaçar o patrimônio da empresa, ameaçar os trabalhadores que queiram trabalhar. Então, não posso, de forma alguma, pedir que o Serind vá lá negociar com os grevistas, fechar um acordo, trazer um relatório, dizer que determinado tipo de ação foi tentada por determinados tipos de indivíduos e que eles se posicionem, por exemplo, pela exclusão desses indivíduos do quadro da companhia e, posteriormente, eu reformar essa decisão deles.

Por isso, temos que ir em bloco: se o Serind vai negociar, ele vai negociar e tenho que ouvir o que ele está falando, tenho que suportar o que ele decidiu e tenho que sustentar os acordos que ele fizer.

Nessas decisões, imagino e concordo com V. Ex<sup>a</sup> que alguma injustiça deve ter havido. Esses processos nunca são sempre justos, não tenho essa pretensão, mas também posso dizer que quem já teve — e acredito que V. Ex<sup>a</sup> já teve e conhece — uma frente de greve, uma discussão com grevista na Petrobrás sabe que ninguém sugere demissão à-toa.

Eu já disse: injustiça deve ter havido. O senhor sabe que os funcionários da Petrobrás se respeitam muito. Há um respeito mútuo muito grande. Ninguém na Petrobrás sugere demissão de colega de graça.

O senhor mencionou o caso da pessoa que havia trabalhado lá — é um caso que acho pode ter havido injustiça. Existe, eu tenho que delegar às pessoas que estão negociando tanto para o bem quanto para a coisa difícil, aquilo que é duro de se fazer, e atribuir a eles essa delegação. Eu não posso atribuir bom e desautorizá-lo no que é difícil.

Com relação à Interbrás e à Petromisa, eu gostaria de tentar responder a todas as perguntas porque é uma posição de Governo, da qual participei na formulação e acho importante colocar.

A Interbrás é uma empresa que no seu balanço apresenta resultados positivos. Mas é uma empresa que trabalha com reserva de mercado, que é a Petrobrás. É uma empresa que está montada em cima da Petrobrás. A Interbrás como empresa não existe.

A Petromisa me parece um grande erro estratégico. As duas, principalmente a Petromisa, me parecem absolutamente privatizáveis. Temos um problema sério. Temos um investimento feito pela Petrobrás, setecentos milhões de dólares. A minha pergunta — e aí acho que cabe só a esta Casa decidir — é: pode-se trabalhar numa privatização para que os empregos possam ser mantidos?

É importante para o Estado de Sergipe, que tem um pólo cloroquímico ali perto, e vai precisar de matéria-prima. A minha pergunta é a seguinte: Quem paga esse investimento que a Petrobrás fez? Ou: vamos simplesmente anular esse investimento, e tentar vender essa empresa em valores correntes?

Então, a privatização da Petrobrás bate com aquela primeira observação que o senhor fez, ou seja, privatização a qualquer custo. Em alguns casos talvez se possa fazer privatização a qualquer custo. E qual é esse custo? Com relação à Interbrás acho um pouco difícil. Privatizar empresa de serviço vai ser a primeira vez na história, eu nunca vi!

O aproveitamento desse pessoal na Petrobrás acho absolutamente inviável; se eles estavam absolutamente envolvidos em atividade de **trading**, em atividade de mineração na Petromisa, o que é que eles estarão fazendo na Petrobrás se ela não será **trading**; se a Petrobrás não trabalha na mineração que a Petromisa trabalha?

Se o pessoal da Interbrás é necessário na Petrobrás é porque a Interbrás era necessária. Se eu preciso criar uma divisão na Petrobrás para que ela seja ocupada por pessoal da Interbrás, então a Interbrás era necessá-

ria, e eu não acho que seja. A Petrobrás vai continuar negociando seu óleo lá fora, e quero dizer uma coisa bem clara: o acervo da Interbrás não pertence a ninguém. O acervo da Interbrás vai ser leiloado publicamente para aquele que der o melhor preço. Ninguém aqui vai entregar para trading A, B ou C, nenhum acervo da Interbrás. Tudo vai ser feito da forma mais clara. Os contratos que a Interbrás têm vão ser oferecidos à tradings num processo claro, de leilão, para que se possa auferir o melhor preço para aqueles ativos que a Interbrás já detém.

Com relação à Petromisa, é o problema que eu coloquei: existe o investimento registrado na Petrobrás, contabilizado na Petrobrás de um valor que a Petromisa não vale. Qual é o valor para se privatizar a Petromisa? É um problema que acho vai ter que ser resolvido por essa Casa; não cabe mais a ninguém resolver isso.

A Petrobrás tem que estar no mercado internacional, mas aí eu queria fazer um reparo. Qual é a forma que vejo a Petrobrás estar no mercado internacional? A Petrobrás esteve no mercado internacional através de dois braços: a Interbrás e a Braspetro. A Interbrás, que não é um negócio da Petrobrás e a Braspetro, que é uma empresa técnica. Acho que a Petrobrás tem de está lá fora, mas a Petrobrás tem de estar lá fora com um braço que ela tem, mas em termos de administração; os Estados Unidos chamam de **business-Oriented**, ela tem que estar com uma orientação de negócios, tem que estar com uma orientação de lucro. A empresa do grupo Petrobrás, que tem essa orientação de lucro, essa orientação de ocorrência, é a Petrobrás Distribuidora. Gostaria muito de ver a bandeira da BR nos Estados Unidos e na Europa.

Esse é o caminho para nós entrarmos no mercado internacional, é o caminho que nos vamos ter competição, uma competição que vai fazer com que nós possamos auferir nossa eficiência no dia-a-dia, porque se nós estivermos cobrando pouco, preço alto na nossa bomba lá, o sujeito vai parar na Castrol, na Shell, na Gulf, onde for, mas não vai parar na Petrobrás, e aí nós vamos para o mercado mais competitivo. Se nós obtivermos sucesso ali estaremos com a Petrobrás lá fora, mas de uma forma orientada para o negócio, que é o óleo. Nem vendendo carne, açúcar para países do Oriente Médio, nem fazendo um trabalho de geologia, de prospecção, mas que é uma coisa muito específica de avaliação de custos mais difícil, como é o caso da Braspetro, que acho muito importante que se mantenha, mas não é uma linha em que se possa aferir a rentabilidade, a eficiência, sucesso a curto prazo e não dá a visibilidade que a Petrobrás tem.

Não existe empresa doméstica grande de petróleo, elas são todas internacionais. Se a Petrobrás quiser ser grande ela tem que ser internacional no ramo dela, no ramo em que ela tem competição aqui dentro, e é isso que coloco para os Senhores Parlamentares para que meditem sobre essa idéia que tenho, é

embrionária, tenho conversado sobre ela, mas não é nenhuma política ainda e nem uma decisão, mas é uma formulação que gostaria de fazer aos Senhores Parlamentares, porque é por aí que nós temos de entrar no mercado Internacional.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, perdoe-me, mas acho que essa segunda resposta não a entendi e não gosto de ficar com dúvidas. É importante, e acho que os Colegas vão entender que não é impertinência, são milhões de dólares que estão envolvidos, é o interesse da Nação, Sr. Presidente.

A resposta dele sobre a Petrobrás e a Interbrás não está completa, a meu juízo.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Ele vai responder.

O SR. MÁRIO LIMA — Vou aguardar e se não me contentar vou solicitar a palavra e sei que V. Ex<sup>a</sup> não vai ver nisso uma impertinência de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sem dúvida!

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Campos.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da Petrobrás, ilustres Colegas, eu gostaria de, ao iniciar o nosso diálogo, dizer também que, como foi porta-voz o nobre Deputado Mário Lima, de que as suas primeira declarações, pelo menos aquelas que a imprensa transcreveu, realmente, trouxeram a nós observadores, participantes, principalmente combatentes da Petrobrás, muita preocupação quando V. S<sup>a</sup> entrou de chofe quase que numa "guerra santa" contra os trabalhadores da Petrobrás. Realmente faço também esse reparo. Mas estou baseando-me no que foi publicado na imprensa. Tenho certeza de que até mesmo pelas explicações que V. S<sup>a</sup> nos apresenta agora, na sua intervenção com a inteligência de que V. S<sup>a</sup> é dotado, conhecimento e sensibilidade política, V. S<sup>a</sup>, como novo Presidente da Petrobrás, saberá buscar uma forma de relacionamento correto com o quadro de funcionários da empresa. Esta seria a primeira colocação que eu gostaria de fazer a V. S<sup>a</sup>

Sr. Presidente, eu teria uma questão do ponto de vista geral, e depois detalhariamos outras. O Presidente é um homem que vem de uma atividade pública anterior, inclusive ligada ao mercado de capitais.

Havia, até, uma grande dúvida no ar acerca dos propósitos que teriam levado o Governo a indicar V. S<sup>a</sup> para Presidente da Petrobrás. Chega um homem que estará lá com a missão específica de fazer privatizações e coisas desse tipo.

Tendo presente o seu perfil, um homem que veio da Comissão de Valores Mobiliários, homem que realmente tem o conhecimento do tema, eu diria que a exposição que o Presidente apresenta é falha para mim. Por quê?

Esta CPI está estudando quantitativamente as causas, tentando quantificar as causas

que levaram a Petrobrás à situação financeira em que ela se encontra. Este é o dado fundamental, até acima das paixões.

Se, ao término do seu depoimento, o Presidente — e talvez ele não tenha sido suficientemente alertado para isso — quisesse me vender uma ação da Petrobrás, eu não a compraria, pelo desconhecimento do pensamento da atual Administração da empresa em relação à visão de projeção da empresa.

Dentro dessa ótica, Sr. Presidente, eu gostaria que o Presidente, se já tivesse, nos dissesse algo em termos de projeção de investimento. Ele falou de dificuldades, mas não nos disse claramente o que a Petrobrás está pretendendo atingir. Fala de um endividamento de longo e curto prazos, mas o perfil dessa dívida nós não conhecemos. Fala sobre a questão do capital de giro, (houve até uma recuperação), mas as coisas estão soltas. Gostaria que o Presidente da Petrobrás vendesse a esta CPI uma ação da empresa. Esta é a primeira colocação.

Depois, em particular, gostaria de comentários do Presidente a respeito de uma questão que já foi muito debatida aqui, que é a do subsídio à nafta e ao setor petroquímico. Esta é uma questão que também, permanentemente, vem à tona e, ao que nos diz, é uma conta importante do ponto de vista de perda para a Petrobrás. E há, também, a conta Proálcool, com a posição do Presidente em relação ao Programa do Álcool, porque essa conta realmente é substantiva dentro do balanço da Petrobrás.

Fiquei feliz porque o Presidente entrou num outro caminho: enquanto fazia os comentários da Interbrás, entrou na questão da Distribuidora. Fiquei feliz porque o Presidente imagina até uma ação mais decisiva da Petrobrás Distribuidora. Eu colocaria a questão da Petrobrás Distribuidora no GLP. Como V. S<sup>a</sup> examinaria também essa questão?

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um comentário. Concordo com o Presidente, quando ele faz o comentário em relação à alternativa de comprar ou alugar. Realmente, é uma questão de gestão de caixa, de recursos.

Eu colocaria a seguinte pergunta, talvez para os seus engenheiros que aqui estão, pois V. S<sup>a</sup> pode não estar em condições de respondê-la: existem hoje, no mercado internacional, plataformas disponíveis para podermos retomar e atingir as metas que, no caso específico da Bacia de Campos, principalmente na questão de águas profundas, teríamos essa disponibilidade de plataforma num número de que a Petrobrás pudesse se valer desses instrumentos, e outra coisa, a questão de Enchova quando a Petrobrás, especificamente, pretende reativá-la?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Petrobrás, Luis Octávio de Motta Veiga.

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que as colocações que V. Ex<sup>a</sup> trouxe para cá são absolutamente pertinentes. É muito bom que V. Ex<sup>a</sup> as tenha levantado. Realmente, a minha preocupação foi dar um quadro, e acho que devemos nos aprofundar, a partir de agora, nesses dados específicos que V. Ex<sup>a</sup> trouxe.

Com relação ao GLP, sou francamente favorável. O problema, como falei, diz respeito à estrutura de preço. A Petrobrás atua em área onde as outras distribuidoras não querem, porque não é econômico. Se vamos atuar em áreas que não são importantes — estava falando aqui com o Sr. Presidente, antes de começar a reunião —, se vamos operar até com prejuízo em várias áreas onde não se encontra qualquer outra distribuidora, é importante que nosso preço não seja defasado, porque aí perdemos lá e na área competitiva. Então, a razão básica do problema eu diria que é o preço do nosso produto; eu diria que é a maior preocupação que já vimos, ele está ajustado, está dentro dos padrões, tanto que a diminuição do nosso déficit deve-se basicamente a isto: à realidade tarifária.

Com relação ao GLP, concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Acho que se vamos partir para fazer uma empresa competitiva ela tem que trabalhar em todos os segmentos. Não há dúvida disso. Nós, do CNP, fomos impedidos durante muito tempo de entrar em áreas. Acho que temos que entrar. Não tenha dúvida de que temos de entrar.

O SR. MAURO CAMPOS — Fico muito feliz com esta sua declaração.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Acho que tem que entrar. Vai haver um segmento muito zangado, dizendo que estamos querendo estatizar. Não, nós não queremos estatizar, queremos competir com as outras empresas em igualdade de condições, e se eles tiverem mais capacidade vão ganhar, e nós vamos perder. No entanto, acho que é importante competirmos.

Com relação à Enchova — vou alterar um pouco a ordem, ser-lhe-ei sincero: há perguntas que V. Ex<sup>a</sup> me fez que eu gostaria de pedir à minha Assessoria que me ajudasse, ou até fizesse intervenções —, mas com relação à Enchova não sei precisar quantos, mas já estamos produzindo — Enchova tinha dezoito poços — em quatro poços. Então, já entraram em operação quatro poços. Há um que não há possibilidade de operar, é aquele em que houve o acidente e, por conseguinte, está tamponado. Entretanto, estamos trabalhando para colocar todos em funcionamento o mais rápido possível.

Pediria ao Dr. Nelson, Chefe do Serviço Financeiro da Petrobrás, que nos esclarecesse um pouco sobre o perfil desse endividamento que acho fundamental para termos uma visão, quer dizer, bater esse perfil contra a nossa necessidade de investimento. Então, seria interessante que V. S<sup>a</sup> pudesse abrir para os representantes desta Comissão o perfil desse endividamento.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Dr. Nelson Lacerda, Chefe do Serviço Financeiro da Petrobrás.

O SR. NELSON LACERDA — Sr. Presidente, hoje o endividamento da Petrobrás está situado num montante de 3 bilhões e 300 milhões de dólares. Esse endividamento está um pouco pressionado pelo percentual do endividamento de curto prazo.

Esse endividamento de curto prazo se caracteriza por um endividamento que vence nos próximos doze meses. Basicamente, ele é fruto de contratação de linhas de crédito de curto prazo, no exterior, em torno de 1 bilhão e 800 milhões de dólares, um endividamento com descontos de títulos mercantis da Petrobrás, e também com o BNDES na construção naval.

A companhia vem pressionada com esse endividamento de curto prazo e vem lutando, no decorrer do tempo, de 1982 para cá, para tentar mudar esse perfil do endividamento de curto para longo prazo. Todavia, as dificuldades do País com o exterior na renegociação da sua dívida tem dificultado isso: não tem aparecido dinheiro novo. De 1982 para cá, a Petrobrás vem amortizando cerca de 300 milhões de dólares por ano no endividamento a longo prazo. Para quem trabalha, hoje, com uma insuficiência de capital de giro em torno de 900 milhões de dólares, esse endividamento forma um colchão de recursos, que dá o giro a essa insuficiência. O nosso desejo, em última análise, é transformar esse endividamento de curto prazo, sempre que possível, em um endividamento de longo prazo.

Acreditamos que no dia em que o País chegar a uma renegociação de sua dívida, isso será obtido com facilidade. Se pudermos aumentar o endividamento para fins de investimento, tendo projetos com taxas de retorno que justifiquem o custo do financiamento, a linha da companhia tem sido sempre tentar caminhar nesse sentido.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Nós podemos ir mais adiante.

Eu pediria ao Alfeu Valença, ex-Diretor da Casa, e no meu Gabinete agora, que falasse um pouco sobre os investimentos na área de produção, exploração e perfuração — nós fizemos uma comparação breve aqui — que comparasse um pouquinho com o ano passado, o que nós temos para este ano e uma perspectiva de médio prazo.

O SR. ALFEU VALENÇA — Bom, tentando responder à colocação do Deputado Mário Lima acerca de plataforma, eu lembraria que o Presidente da Petrobrás, em entrevista, falando de contratação de plataforma, na verdade ele estava se referindo à retomada do desenvolvimento — que nós esperamos que ocorra —, e depois a capacidade de investimento da Petrobrás fortalecida. Então, após as nossas próprias plataformas de perfuração — aí tem que se fazer a distinção entre plataforma de perfuração e de produção — e as nossas sondas de perfuração terrestre,

que estão paralisadas, após essas plataformas retomarem o trabalho, ao invés de fazer investimentos adquirindo novas plataformas desse tipo, os escassos recursos disponíveis seriam alocados para a plataforma de produção. Com razões óbvias, porque as plataformas de produção ficam permanentemente fixadas em determinados locais durante 20, 30 anos e não teriam a flexibilidade que uma plataforma de perfuração tem de se locomover de um local para outro, o que permite facilitar a contratação e o encerramento do contrato, dependendo da capacidade financeira de investimento da empresa ou de descoberta de reserva.

Este ano, os investimentos da empresa na área de exploração e produção estão na ordem de 900 milhões de dólares. É o que se espera investir até o final do ano, que é exatamente o mesmo do ano passado. Ora, entendendo-se que a produção de petróleo é a de um bem não renovável, a produção que será feita este ano e a que foi feita ano passado, o nível de investimento não permitirá que haja um crescimento contínuo dessa produção. De modo que o investimento deste ano é praticamente para manter a produção nos níveis atuais em torno do recorde batido na última segunda-feira de 680 mil barris por dia. Infelizmente, o capital disponível este ano será apenas para manter a produção, que, diga-se, a bem da verdade, significa um declínio de 120 mil por ano. Então, a bem da verdade, nós estamos incorporando mais 120 mil para empatar e manter esse nível de produção.

Para o futuro, a pergunta do Deputado Mauro Campos é se existirão plataformas disponíveis no mercado internacional. Se nós pensarmos em águas rasas, essas existem, o mercado é oferecido até no momento. Mas, quando nós pensamos em águas acima de 800 metros, realmente as projeções mostram que nos próximos 10 anos nós precisaríamos de cerca de 12 plataformas para operar acima de 800 metros. A Petrobrás tem hoje em contratação a construção de duas delas e no mercado internacional existem não mais do que três disponíveis. Mas sabemos que se formos ao mercado internacional adquirir essas três plataformas, fatalmente vamos aquecer muito o mercado. Como são projetos para serem desenvolvidos ao longo de dez anos, a política da Petrobrás é realmente prestigiar o capital privado nacional, são projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa da Petrobrás, concorrentes nacionais para a construção dessas plataformas no mercado nacional, isso ao longo dos próximos dez anos.

Evidentemente que tudo vai depender da nossa capacidade de investimento. Essa velocidade maior ou menor, nós temos as reservas e temos a tecnologia para produzir no prazo mínimo de 10 anos pela capacidade física de execução daquelas obras.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Então, eu gostaria de fazer um adendo. Quando falo em opção por aluguel ou compra, refiro-me a várias operações da Petrobrás, que já são alugadas. Eu não estou

aqui pretendendo reinventar a roda. Isso já é feito, isso é um procedimento que, em função da conjuntura, adotava. Agora, é inegável que a Petrobrás, durante um determinado tempo, imobilizou muito. Hoje, com as condições financeiras que temos, seria impensável imobilizar no mesmo nível, teremos que sair para outras opções e tentar descobrir coisas mais inventivas. Eu não digo que estou fazendo coisa diferente dos outros, mas é uma questão de perceber que o momento exige que nós não fiquemos no mesmo caminho de outrora, mas a Petrobrás teve um impulso muito grande. Penso que a Petrobrás pode ter um impulso muito grande de outra forma. Agora, temos hoje até muitas plataformas através de **leasing**. Para mim isso hoje é óbvio, antes não era.

**O SR. ALFEU VALENÇA** — Na verdade, todas as plataformas de perfuração marítima são **leasing**, com exceção daquelas antigas que já foram amortizadas.

**O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA** — Quando ela está amortizada, ela fica muito depreciada; não há como se levantar dinheiro em uma plataforma totalmente depreciada. Então, por isso que não é feito o sistema de **leasing**.

Para completar as suas perguntas, eu pediria ao Dr. Plínio Junqueira, que esteve à frente do Departamento Comercial e é profundo conhecedor dessa matéria, inclusive esteve em reunião ontem aqui no GIEPS sobre isso, que nos desse uma palavrinha sobre a nafta.

**O DR. PLÍNIO JUNQUEIRA** — Bom, o preço da nafta sempre foi uma questão, vamos dizer, crítica na Petrobrás, nesses últimos anos, nesses anos mais recentes.

Nós podemos dizer que a última estrutura de preços, em meados de março, para a nafta foi colocada a um nível equivalente em cerca de 160 dólares por tonelada. Esse nível é perfeitamente compatível com o mercado internacional, isso aí está em linha com o preço em Roterdã, é até um pouco superior ao preço na Itália.

Nesse período, a taxa de câmbio teve uma alteração, o câmbio se alterou de lá para cá, então, calculado pela taxa de câmbio de hoje, a nafta efetivamente está com um preço mais baixo.

Agora, caberia notar aqui uma questão relativa aos prazos de faturamento. Esses preços no exterior têm uma condição, vamos dizer, de comercialização típica, varia de caso a caso, mas típica, como sendo para pagamento a 30 dias. A nafta no Brasil tem um preço de faturamento normal de 14 dias. Nessa conjuntura de ajustamento ao Plano Econômico, durante 60 dias ela está sendo faturada para pagamento a 30 dias.

É importante que se observe que, não só a nafta, mas todos os produtos vendidos pela Petrobrás têm seus preços referidos pela condição à vista, é uma coisa que, ao final de muito esforço e de muita luta, se conseguiu chegar a essa condição; e os prazos concedidos variam de produto para produto, que

têm incorporado aos seus preços os encargos financeiros correspondentes. Os prazos que a Petrobrás concede são compensados mediante os encargos financeiros adequados.

**O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA** — Deputado, é importante que se diga que estamos fazendo uma avaliação semanal das taxas que são cobradas, por isso estamos financiando clientes, nós queremos receber taxas que os bancos recebem, sobretudo, com relação às distribuidoras e aos grandes compradores de nafta, que são os grandes grupos que podem arcar com um financiamento desse tipo.

Estamos sempre arbitrando isso, para que não venhamos a praticar taxas acima daquilo que deve ser praticado, nem venhamos a vender aquilo a preço vil, considerando o custo financeiro dessa operação.

**O SR. PRESIDENTE (José Tinoco)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bocayuva Cunha.

**O SR. BOCAYUVA CUNHA** — Sr. Presidente, o nobre e jovem Presidente da Petrobrás assume esse importantíssimo cargo, cercado de uma reputação extremamente positiva. Tudo o que sei descobri por acaso — pois temos alguns amigos comuns eu não sabia da existência dele — que me deram as melhores referências do Dr. Motta Veiga que, evidentemente, assume essa posição com um comprometimento muito grande e com êxito. Não pode um jovem, que até agora só teve êxito na sua carreira profissional, de repente assumir a Presidência da Petrobrás e não ter também êxito na direção desta empresa.

Por isso, eu gostaria de início, e depois, se fosse da sua conveniência, voltar a fazer algumas perguntas específicas, pedir que falasse um pouco sobre uma aparente contradição que existiria nas suas posições. Primeiro, de homem ligado ao Grupo Mariani, da Bahia, ligado à Petroquisa e, em seguida, com uma multinacional, a Anglo-América. Já que V. S.<sup>a</sup> também é Presidente de uma empresa que hoje lida com fosfatos.

Gostaria de homenagem até ao seu currículo, que começássemos a ouvir explicações por esta parte.

**O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA** — A minha experiência profissional — sou formado em Direito e trabalhei durante 6 anos com o Grupo Mariani. Depois de 5 anos, fui convidado pelo ex-Ministro Dílson Funaro para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, ficando lá de um a quase dois anos. Voltei a trabalhar com o Grupo Mariani, quando saí da CVM, onde fiquei um ano, tendo sido convidado para voltar a uma outra empresa. Na realidade, tive dois patrões até hoje, que foram o Grupo Mariani e a Anglo-América, uma empresa mineradora, uma **holding** mineradora estrangeira, onde fiquei um ano e meio. Agora tive o convite para assumir a Petrobrás.

Vamos falar primeiro da área petroquímica: acho que é complicado. Sem dúvida, essa área petroquímica envolve a Petrobrás — o Grupo Petrobrás aparece numa condição ímpar: ele não é comprador, ele não é vendedor, ele é sócio. Então, é uma relação mais sofisticada e, portanto, mais difícil.

Minha preocupação é, justamente, tentar fazer com que — seja o Grupo Mariani, seja qualquer outro grupo, ou seja, qualquer desses grandes grupos envolvidos no trabalho da petroquímica, bem como sócios da petroquímica — nenhum deles seja beneficiado; nenhum deles tenha a sua vida facilitada.

De que forma aferir isso, no decorrer da minha gestão? Não há como negar. É um compromisso que tenho, um compromisso que assumo comigo mesmo e com V. Ex.<sup>as</sup> Mas não há como, sem que o fato consumado possa ser examinado — além da minha palavra, não há nada que possa alegar que eu não venha, a não ser o meu passado —, porque estive na CVM, onde o Grupo Mariani, através do Banco da Bahia, também tem interesses. Não acho que tenha pairado qualquer dúvida sobre a minha atuação ou alguma crítica, alguma acusação de favorecimento.

Basicamente é isto: sou um homem da iniciativa privada; saí da iniciativa privada para ocupar um cargo no Governo. Não pretendo ter qualquer vínculo, seja profissional, de conselheiro, com qualquer grupo que seja, muito menos do Grupo Mariani.

A minha visão de cargo público é muito nítida. Sei que é uma coisa transitória, em que se deve entrar e sair com a pastinha que entrou. Não tenho vocação imperial, não quero fazer uma dinastia e tenho lutado, porque agora na CVM existe essa preocupação e um bom presidente sempre é chamado. Não quero, saí e acabou! Inclusive, quando voltei para o banco eu tinha interesse na CVM, eu queria que me recebessem como uma pessoa que tem interesse.

Acho que é uma dúvida difícil, acho que é uma arbitragem difícil, que tem de ser feita entre uma pessoa que trabalha, que tem sua vida profissional na iniciativa privada e a pessoa que é convidada para ocupar um cargo público.

A história, os fatos é que vão confirmar o que estou falando.

Com relação à multinacional, também não vejo nenhum problema, não me sentiria absolutamente à vontade e nem saberia como favorecer uma empresa, não por ela ser multinacional, mas porque ela tem que competir em igualdade de condições com todos.

Vejo-me na Petrobrás agindo de uma forma que pudesse favorecê-la, também não me vejo agindo de uma forma que possa prejudicá-la. Ela está no mercado brasileiro, está trabalhando, possui investimentos e tem que ter o tratamento de uma empresa. Não me parece que seja multinacional, é uma empresa instalada no Brasil, com capital estrangeiro, mas que dá empregos diretos e indiretos. Não é uma rapinagem, é uma empresa que vem aumentando seus investimentos e, portanto, não trato dessa forma.

A mesma coisa é a petroquímica. No caso da Petroquisa, a idéia que se tem, não é um projeto, não é um plano, mas a idéia que se tem de privatização, acho que é interessante tocar nesse ponto porque, como tenho trabalhado num dos grupos interessados na privatização, acho interessante tratar deste assunto. A privatização da Petroquisa é uma coisa muito bem concebida e muito bem equilibrada, qualquer privatização que venha a ser feita nessa área tem que observar a forma como foi concebido. Há um equilíbrio, o que é que chamo de equilíbrio? A Petroquisa opera, é sócia de empresas que são concorrentes, então, pode-se imaginar uma privatização nessa área, que acho deve ser feita, não agora, porque estamos sem liquidez, não existe liquidez para privatização, não é isso que estou procurando aqui; mas ela deve ser feita de uma forma equilibrada, justamente para não propiciarmos a criação de grandes oligopólios.

Com relação ao grupo que trabalhei, acho que ele tem de entrar em igualdade de condições, isso é importante, não só com os grupos que hoje já participam da indústria petroquímica, mas qualquer outro grupo que esteja interessado em operar nessa área. É importante dizer também que não se pretende privatizar empregando aqueles que já estão lá. Dentro da perspectiva de formulação de melhores preços, penso que devemos chamar mais gente para participar desse grande leilão, quando ele for feito.

Então, dessa forma, vejo que essas ligações na área são inevitáveis, eu entro e saio do setor público. Essa pergunta é pertinente, mas é inevitável essa minha relação profissional com grupos e digo mais, com a Petrobrás é difícil achar um grupo que não tenha algum tipo de interface.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Com a Anglo-América há um problema de potássio.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — É, a Anglo-América tem um problema de fertilizante, uma parte da Coperbrás, uma empresa que tem maioria do Bozzano, mas tem uma participação grande da Anglo-América e que compete no mercado de fertilizantes, vai à Petrofértil para comprar as matérias-primas. E é nessa área que ela compete. Ao que me conste, não teve nada que possa ser definido como favorecimento, até agora, raesmo porque a área de fertilizantes está muito ruim, estava num período que já era de baixa, com o Plano tivemos grande redução de compra na área de fertilizantes, que está sendo retomada aos poucos. Aliás, estamos até com uma política comercial agressiva, mas está sendo retomada aos poucos.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Presidente, a preocupação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que aliás se deve à Deputada Abigail Feitosa, que está aqui, toda a nossa motivação é procurar uma maneira de fortalecer e evitar aquilo que nos parece hoje, inclusive, mais claro do que quando

iniciamos os nossos trabalhos, que foi todo um processo motivado, não posso dizer que foi por má-fé — não tenho condições de dizer isso —, em que a Petrobrás foi extremamente prejudicada, porque ela foi vítima de uma visão de que o processo da luta contra a inflação se faria através da compressão de preços.

Acredito que o Relator, Senador José Fogaça, o nosso Presidente e todos nós, aqui, já temos antes de razão para sabermos as causas da crise. Inclusive, há um relatório.

Neste momento, Sr. Presidente, eu gostaria de lhe pedir — fomos aqui muito auxiliados, creio que esta convivência harmônica entre a Petrobrás e o Congresso brasileiro, no momento em que o Congresso se propõe a ser uma força importante no processo democrático brasileiro, só traz vantagem para a empresa, para o País, para a Nação e para a própria sociedade —, mas eu gostaria de pedir-lhe, Sr. Presidente, que tivéssemos novamente, aqui, a assessoria de representantes da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — estive conosco durante muito tempo o Engenheiro Maranhão, estive aqui um advogado, Dr. Duarte.

Não sei se V. Ex.<sup>a</sup> tem noção disso, mas agora que nos propomos a ter tarefas mais importantes e mais complexas, somos muito pouco aparelhados, de modo que a presença de pessoas que nos possam trazer informações ligadas à Petrobrás é uma solicitação que eu gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Deputado, da minha parte, acho que é proveitoso e importante que tenhamos esse contato. Falei também com o Presidente da Comissão, antes, que o foro para demonstrar o que estamos passando, bem ou mal, é este.

Outra coisa que eu queria dizer é que também me coloco à disposição da Comissão, quando ela julgar necessário, para prestar esclarecimentos, mesmo que seja aqui, por carta, enfim, qualquer dos representantes desta Comissão ou da Casa me procure, porque, estávamos conversando antes da reunião, acho que passa por aqui. Não tenha dúvida que vou trabalhar no sentido de que se restabeleça uma forma de assessoria a esta Comissão, a esta Casa e, da minha parte, estou à disposição de V. Ex.<sup>a</sup> e de todos os membros desta Comissão.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Se fosse possível manter aquela que já existia seria interessante, porque agora que estamos no final dos nossos trabalhos...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Acho, também, que não tem cabimento reformar tudo, não tenha dúvida.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Não adianta fazer aqui a recapitulação, já vai muito tarde, mas as causas da crise são mais ou menos claras, são as perdas de receita decorrentes da diferença entre os preços CIF de petróleo importado e aqueles considerados na estrutura de preços, as decorrentes da dife-

rença entre a taxa de câmbio efetiva e as consideradas na estrutura de preços, a defasagem de preço.

Nessa hora talvez fosse interessante se V. S.<sup>a</sup> pudesse nos enviar uma relação atualizada de todos os preços de venda dos produtos da Petrobrás, inclusive com os prazos. A nafta teve um prazo novamente aumentado, para trinta dias de faturamento, e acho que seria muito bom que convivéssemos com mais intimidade com essas razões, porque o preço da nafta, por exemplo, é uma das coisas que consta e que ficou claro para nós nos depoimentos, que custou cerca de US\$ 4 bilhões à Petrobrás, na década de 80.

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA DA VEIGA — Deputado, inclusive V. Ex.<sup>a</sup> levantou um ponto que acho muito importante. Estávamos vendendo a trinta dias, isso em termos de inflação alta, apesar dos custos financeiros sempre criarem algum tipo de problema. O que é importante saber é que fomos solicitados agora pela indústria petroquímica para que aumentássemos para sessenta dias esse prazo, para que se tentasse fazer uma revitalização do setor da economia que, em função do Plano, estava, em alguns casos, necessitando desse financiamento. E negamos. Mantivemos, por enquanto, os trinta dias — volto a dizer — cobrando custos financeiros inerentes a esse financiamento...

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Mas já foi menor, Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Já foi menor, se não me engano.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Houve uma ampliação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Houve uma ampliação, quando assumi já era assim e, devo confessar, fiquei surpreso com o pedido de mais trinta dias de prazo, o que não foi concedido. Eu diria, não poderia me comprometer com V. Ex.<sup>a</sup> a rever isso a curtíssimo prazo, e vou explicar por quê.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Não tínhamos a pretensão, apenas gostaríamos de ter informações.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — As informações serão todas passadas. Vou pedir ao Dr. Plínio que se encarregue da formulação dessa planilha, mas acho importante e muito boa essa discussão, porque, o que acontece? A curto prazo, mexer nesse negócio, agora, vai acarretar o seguinte: há um grande aperto de liquidez — a palavra é a da moda, mas existe um aperto de liquidez grande. A forma que temos, de certo modo, de manter os pólos petroquímicos funcionando é conservar esses trinta dias, porque isso tudo é em cascata, por exemplo, com a indústria automobilística tendo obtido uma possibilidade de consórcios, enfim, foi dada uma série de créditos, não foi repassado o dinheiro mas foi dado crédito, isso vai puxar lá na ponta a indústria petroquímica, numa parte. Acho que seria o momento, à hora

em que essa coisa estivesse retomando, de começar a trabalhar na redução de prazo. No momento, acho que seria um pouco temerário, em função da seqüência que temos a partir da produção do que se chama a segunda geração da petroquímica.

O SR. BOCAJUVA CUNHA — Não nos parece justo que no momento em que a Petrobrás se ressentir de recursos para investimentos — e está um problema difícil — que se facilite outros setores da indústria privada que, evidentemente, têm que ser socorridos, mas que isso seja feito de uma forma — está muito na moda o uso da palavra — transparente. Por isso, reitero o pedido que lhe fiz, de enviar todos os preços de venda, porque parece-me que houve alteração também no GLP.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Houve. A relação de preços de produtos que a Petrobrás comercializa, vamos enviar a esta Comissão, prometo a V. Exª, ainda esta semana.

O SR. BOCAJUVA CUNHA — Finalmente, como ele disse, as conclusões, mais ou menos aquilo que já ouvimos aqui.

Creio que o Senador José Fogaça, com a sua competência, já tem elementos bastante, estamos no fim do prazo da nossa Comissão, mas eu gostaria que esta Comissão não se encerrasse simplesmente com o nosso relatório, que houvesse uma forma qualquer para continuarmos convivendo com os problemas da Petrobrás, para dar a devida importância a esses problemas e, inclusive, na medida do possível, auxiliarmos até como um lobby de pressão sobre o Estado, porque ficou claro para nós aqui que quem manda na Petrobrás é o Ministro da Fazenda. Era assim, pelo menos, no passado — foi dito aqui, claramente, quem tem a última palavra é ele. Então, na medida em que haja qualquer coisa, quem vai sofrer é a Petrobrás, e nós queremos estar a par disso.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Eu diria que vejo com muito bons olhos, não poderia ser de outra forma, o suporte e o apoio do Congresso à Petrobrás; acho que temos que trabalhar juntos, porque não somos avaros, somos justos, estamos querendo que a Petrobrás possa cumprir a sua missão, de forma que é essa a nossa perspectiva, nossa visão, e volto a repetir o que conversamos antes, o jogo se joga aqui. Tenho confiança disso e é por isso que me apresso a dizer que as informações solicitadas por V. Exª vão estar em suas mãos até sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Deputado Benedito Monteiro, vice-Presidente desta Comissão.

O SR. BENEDITO MONTEIRO — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator e Sr. Presidente da Petrobrás:

Eu tinha algumas indagações, que já foram feitas por nossos Colegas e respondidas por V. Sª, mas eu queria fazer uma ressalva em relação à Comissão que constituímos aqui no

Congresso. Essa ressalva se prende a um propósito claro e inofensível que existe, de certos jornalistas e certa imprensa, de menosprezar e até de desrespeitar a autoridade do Congresso Nacional, principalmente dos seus representantes.

Esta Comissão foi constituída pela Deputada Abigail Feitosa. Estamos presentes aqui há vários dias, com o objetivo de, exatamente, verificar a extensão da crise financeira e administrativa da Petrobras. E, na medida das nossas possibilidades, da nossa competência, sugerir soluções para essa crise.

Então, por exemplo, estranhei que AEPET, que vem nos dando excelente contribuição em informações e esclarecimentos, tenha feito no seu telex a V. Sª a seguinte afirmação:

3) **Déficit da Petrobrás** — Com relação ao déficit da caixa da Petrobrás que V. Sª informa estar diminuindo em função de reajustes mais reais de tarifas, cabe lembrar que isso resultou da ação política da administração da companhia, desta associação, dos sindicatos dos petroleiros através do trabalho de esclarecimento às autoridades e ao Congresso Nacional.

Isso não é verdade. Esta ressalva quero fazer para V. Sª e para AEPET. Quer dizer, esse déficit foi diminuído em função do trabalho desta Comissão que teve a capacidade e a coragem de trazer S. Exª o Ministro Mafson da Nóbrega e até interpelá-lo aqui, de forma mais drástica, para que S. Exª confessasse aquilo que todos já sabemos, que é em função da defasagem de tarifa, etc. Quer dizer, a queda do déficit foi em função de um trabalho de uma Comissão do Congresso Nacional, desta Comissão, queria dizer esta ressalva.

Como disse, várias indagações que eu gostaria de fazer os meus Colegas Deputados já fizeram, V. Sª já respondeu, mas existe aqui uma coisa, que também existe neste País, que se chama impunidade. Quer dizer, ainda permanece a impunidade.

Apesar das declarações do Chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, de que encheria um estádio de prevaricadores ou sonegadores, até agora ainda não se assistiu a nada disso, a não ser o Naji Nahas, que está sob prisão domiciliar por causa do escândalo na Bolsa; não existe nenhum exemplo que possa mostrar ao País que está se tentando fazer um Brasil Novo e um novo plano para este País.

Na Petrobrás temos casos sérios. O Deputado Mário Lima acabou de falar aqui, com toda a sua experiência na questão, que houve contratações desastrosas para a Petrobrás, não só no sentido da economia e das finanças, como até da segurança das operações e dos seus funcionários. E temos o famoso caso da BR que, até hoje, está esperando uma explicação nacional.

Eu mesmo fiz um discurso na Câmara dos Deputados, e depois publiquei um artigo no jornal da minha terra sob o título: "O ouro na mão do bandido", tal era a situação fla-

grante, vamos dizer, de negligência, corrupção, ou o nome que se queira dar. Mas não é possível que a diretoria de uma empresa pública manejasse o dinheiro do Governo, numa circunstância tão difícil como aquela que atravessávamos e atravessamos, com tanta impunidade, aliás, nem sei qual o termo que poderia usar para não agravar mais a situação. Mas a realidade é que esse dinheiro foi usado em bancos particulares, sem credenciais para usá-lo e até agora não foi dada nenhuma ressalva sobre isso.

Então, eu gostaria que V. Sª dissesse se essa impunidade vai continuar, se ninguém vai para a cadeia por causa dessa administração, vamos dizer, prevaricadora que existiu num dos setores da Petrobrás.

Quanto à última pergunta, é sobre o plano estratégico. V. Sª afirmou que estava fazendo uma revisão do plano estratégico e que possivelmente esta semana já estaria concluído e teríamos grande interesse em tomar conhecimento desse plano, porque, realmente, é a questão do futuro, no qual estamos profundamente interessados.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Petrobrás.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o plano estratégico acho que fui otimista. Esta semana não tenho ainda o plano estratégico, mas o que há, na realidade, é um ajuste. O plano estratégico previa um ajuste depois das eleições de março. Então, em função do plano, em função das medidas econômicas, acho que é absolutamente necessário que venhamos a rever esse plano.

Sem tirar o mérito das avaliações que estão ali, só adaptando esse plano às realidades que temos hoje, que eram desconhecidas quando da elaboração do mesmo.

Com relação à impunidade, com relação ao famoso caso "BR", vou pedir ao Cid que dê uma palavrinha sobre isso. Acho que o Nelson tem mais conhecimento sobre isso.

Confesso que não conheço o andamento do processo. Mas quero lembrar uma coisa e, aí, digo da experiência que tive na CVM. A possibilidade administrativa que se tem, a instância administrativa, ela é muito restrita, vai-se até um certo ponto. Entrega-se à Justiça e cabe à Justiça fazer cumprir.

Isso no caso, por exemplo, de mercado de capitais, V. Exª sabem de casos famosos que viraram manchete de jornal; cumprimos nossa missão e não houve consequência.

Não estou aqui criticando áreas da Justiça, mas acho que temos uma legislação penal muito antiquada, no sentido de que se alguém bater a minha carteira eu consigo colocá-lo na cadeia; se eu fizer uma grande negociata é impossível provar, porque o nosso sistema penal ainda obriga a uma fórmula de produção de prova, que em crimes mais sofisticados... Uma digitação de computador resolve o problema na Suíça. Quer dizer, existe esse viés dentro da própria legislação penal.

Realmente, não sei quem está mais afeito a isso, mas acho que Nelson Werneck conhece bem, pois é da área financeira, se não estava diretamente ligado ao assunto, pode nos dizer como anda o caso, pelo menos.

Por favor, Nelson.

O SR. NELSON LACERDA — O antigo Presidente Armando Guedes, da Petrobrás, quando tomou conhecimento da possibilidade de irregularidades na área financeira da BR, instaurou uma Comissão de Sindicância Interna, dentro da Petrobrás, que trabalhou nesse processo, concluiu-o e, por decisão do Conselho de Administração da Petrobrás, o caso foi entregue à área da Polícia Federal e Polícia Estadual.

A nível de medidas internas, dentro da Petrobrás, o processo se esgotou com o afastamento de um Diretor Financeiro da BR e de um Assistente de um antigo Diretor da Petrobrás. Então, todo o processo dentro da Petrobrás se encontra esgotado. Existem dois processos abertos que estão na esfera da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — É estelionato? Qual era a acusação?

O SR. NELSON LACERDA — Não, Presidente. Sinceramente o termo técnico adotado pela Polícia...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Deve ser.

O SR. NELSON LACERDA — Tive a oportunidade...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Não é a Polícia. A denúncia tem que ser feita com termo... Quem tem que fazer isso é a Promotoria Pública, não somos nós.

Obrigado, Nelson.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Deputada ABIGAIL FEITOSA.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Sr. Presidente, como foi dito aqui, sou autora da CPI, mas sou de um Partido pequeno, que só tem 8 Parlamentares na Casa, e por isso sem o direito de participar da CPI.

Queria aqui só colocar esta preocupação: na CPI está dito que as pessoas que forem tidas como culpadas terão que ser encaminhadas para pagar o preço. Em outros termos, termos mais adequados que estão na CPI, o que não pode ficar é a impunidade. Quer dizer, a CPI foi feita para sabermos de quem foi o desmando e o culpado vai ter que pagar. Então, espero que a Casa tome as devidas providências para que isso continue e que possamos contribuir para moralizar o País, porque esse é o clima que um dia queremos respirar neste País.

Em função da Distribuidora — e eu fico muito à vontade para fazer estas perguntas, porque não sou da Petrobrás, não tenho maiores ligações, sou da área da saúde —

fico assim questionando: para mim, e pelo que diz a sociedade, ao largo, o filé mignon é a distribuição que fica na mão da multinacional.

Que critérios tem a Petrobrás para dizer que “x” vai ficar com a Shell, “y” vai ficar com a Distribuidora, “z” vai ficar com a Atlantic, com a Esso, etc?

Como é que V. S<sup>a</sup> vê isso? Como pretende incrementar isso?

Tenho ficado preocupada com as colocações feitas de que vai ser liberado o preço do combustível. Cheguei atrasada, pois estava na Comissão de Saúde, da qual faço parte, e não sei se V. S<sup>a</sup> falou sobre isso.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Não.

SRA. ABIGAIL FEITOSA — Mas tenho ficado preocupada com isso, como é que vai funcionar a liberação de preços?

Gostaria de ficar por aqui e agradecer a presença de V. S<sup>a</sup> na Casa.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Presidente Luís Octávio da Motta Veiga.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Obrigado.

Quem determina a cota por distribuidora não é a Petrobrás, é o antigo Conselho Nacional de Petróleo, que me parece mudou de nome Departamento nacional de Petróleo.

Quer dizer, o Conselho acabou e foi criado um Departamento.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Esse Departamento não vai ficar com a Petrobrás?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Não, esse Departamento é um órgão da administração federal, ligado à Secretaria de Energia e, por sua vez, ao Ministério da Infra-Estrutura.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Estranho, não é? A Petrobrás refina e, na hora de entregar o produto, tem que ir para outro órgão. É um negócio meio desarrumado, não?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — A distribuição não é um monopólio estatal. Então, ela refina, transporta, importa, mas distribui competitivamente com as outras empresas estrangeiras.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Só um minuto: quando ela exporta para os Estados Unidos a gasolina, é a Petrobrás quem faz?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — É a Petrobrás que está exportando.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Pois é...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Pois não.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PLÍNIO JUNQUEIRA — ... teria havido algum mal entendido.

A Petrobrás, na verdade, quando vende seus produtos às distribuidoras, não o faz através do antigo Conselho Nacional de Petróleo, vende diretamente às distribuidoras, de acordo com cotas, com volumes que são determinados ou aprovados pelo antigo Conselho Nacional de Petróleo.

Mas o relacionamento comercial é direto entre a Petrobrás e as distribuidoras. Talvez tenha havido algum mal entendido em relação a isso.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — O que faz a Petrobrás continuar exportando a gasolina?

O SR. PLÍNIO JUNQUEIRA — Inclusive, a própria Petrobrás Distribuidora tem suas cotas aprovadas pelo antigo CNP, em igualdade de condições com as demais. Competitivamente, não, dentro de mesmos critérios.

Todas têm os seus valores aprovados pelo CNP, de acordo com suas dimensões, com seus volumes, com suas necessidades, mas o tratamento administrativo é comum a todas, inclusive à BR.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — A Sr<sup>a</sup> Deputada fez uma pergunta, desculpe.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Perguntei — o País, continua com problema de filas, de abastecimento — o que faz a Petrobrás continuar exportando gasolina.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — O que faz a Petrobrás exportar gasolina é que temos um excedente, quer dizer, como importamos um produto que boa parte vai para o diesel, produzimos uma parcela de gasolina que não é aproveitada no Brasil.

Temos que importar o mesmo produto, o mesmo óleo para refinar, por quê? Porque precisamos de asfalto, óleo diesel, óleo combustível. Então há um excesso de gasolina que exportamos.

Agora, essa gasolina viria de qualquer maneira, porque no petróleo que importamos vai aparecer no processo de traqueamento.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Pois é. Quer dizer, é uma coisa que funciona solta, porque já discutimos aqui o problema do álcool e, então, não há uma necessidade de quem produz o carro, de quem produz o veículo com quem produz o combustível. É uma coisa que não é articulada e ficamos nesse abastecimento deficiente de álcool e gasolina excessiva.

Isso me preocupada e acho que esse inter-relacionamento vai ter que ser providenciado, já que o Ministério agora vai ser único; o Ministro tem que tomar uma atitude para acabar com isso. Não devemos mais exportar gasolina para acabar com as filas internas do álcool.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — É, mesmo que V. Ex<sup>a</sup> tenha a frota de álcool transformada em gasolina, é

bem provável que se continue exportando gasolina, porque a gasolina sempre, na relação de produtos, vai sobrar um pouco, mesmo que transformemos toda a frota de álcool.

Agora, V. Ex<sup>a</sup> tem razão em dizer que houve um descompasso entre a Petrobrás e o Governo anterior, com relação a esse problema.

Não sei se o Dr. Alfeu Valença está de posse daquela lista de advertências que a Petrobrás fez...

A Petrobrás, desde 1985 — nós listamos — está advertindo o Governo da necessidade de se reestudar o problema do álcool. São vários alertas que, inclusive, deixaríamos aqui, com a Comissão, para que tomasse ciência. Alertas da Petrobrás: já chamávamos a atenção para o aumento de consumo e diminuição de área plantada de cana-de-açúcar.

Então, esse problema não é novo, a Petrobrás tem consciência de que isso ia acontecer.

Tem aqui relacionado, documento por documento, telex por telex, carta por carta, ofício por ofício, todos enviados pela Petrobrás, pelos diferentes Presidentes da Petrobrás, pelos diferentes Ministros, na época, das Minas e Energia, sobre o problema que ia acontecer e que está acontecendo agora.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão de dizer que houve uma descoordenação; houve. Mas posso assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que não é por culpa da Petrobrás.

A Petrobrás viu claramente que o problema vinha à frente, informou isso ao Governo — ela pode ter outros defeitos, mas não o de ser omissa neste particular.

Tenho aqui e gostaria de passar à mão do Presidente da Comissão este documento, que chamamos de "Alerta da Petrobrás", preparado pelo Departamento Comercial da Petrobrás. Não foi feito por mim, foi feito pela administração anterior, mas acho muito importante e subscrevo o que está aqui.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — E sobre a questão da liberação dos preços?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Sobre a questão da liberação de preços, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que...

A SRA. ABIGAIL FEITOSA — Como funciona isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Bom, há uma confusão: como há o monopólio, muitas pessoas vêem a Petrobrás como até a formuladora de preços. Nós não somos formuladores de preços. Nós, muitas vezes e V. Ex<sup>a</sup> viu isso, estamos apanhando da estrutura de preços...

O que existe é uma vontade — e, aí, eu digo que isso é uma política que faz parte da matriz energética do País e foge da alçada da Petrobrás — de se criar algo como o preço máximo do combustível.

E até ali, os postos, em função da concorrência, podem, na bomba, operar preços diferentes.

Pessoalmente, acho que isso, implantado no momento certo, pode ser uma decisão acertada.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Querida apenas, Sr. Presidente, dizer que esqueci de me congratular com o Sr. Presidente da Petrobrás, porque da outra vez em que o Sr. Ministro da Fazenda esteve aqui, S. Ex<sup>a</sup> verbalizou toda sua explanação, sem dar pouquíssimos números a respeito da economia nacional. E V. S<sup>a</sup> trouxe para cá uma linguagem matemática, que nós já mandamos copiar e está aqui perante a Comissão.

Então, quero me congratular com V. S<sup>a</sup> pelo fato de ter verbalizado muito pouco e contribuído com a linguagem matemática para que possamos compreender a economia do País.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O Sr. Senador Almir Gabriel não pôde comparecer à Comissão, mas solicitou ao Deputado Mauro Campos que formulasse duas perguntas em seu nome. Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Mauro Campos para que S. Ex<sup>a</sup> formulasse as perguntas do Senador Almir Gabriel.

O SR. MAURO CAMPOS — Muito obrigado, Sr. Presidente, é uma honra ser portavoza do Senador Almir Gabriel, meu companheiro de Partido, o PSDB.

S. Ex<sup>a</sup> pergunta como o Presidente da Petrobrás pretende privatizar os serviços de perfuração e produção? Desdobra a pergunta, que firmas participariam desse serviço?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Eu não pretendo privatizar o sistema de perfuração e exploração. Pretendo racionalizar a atuação da Petrobrás, quer dizer, onde é mais barato contratar, contrataremos; onde é mais barato fazermos nós mesmos, nós o faremos. É só isso!

Não vejo como privatizar o sistema de perfuração, não há como. Agora, se for mais barato trazer uma plataforma de perfuração ao invés de comprá-la, vamos trazê-la. Que empresas vão participar? Aquelas que possam oferecer o melhor serviço à Petrobrás com maior grau de segurança para o pessoal e para a operação. A Petrobrás tem um cadastro enorme de empresas que tradicionalmente forneceram e fornecem serviço e equipamentos a ela. A minha idéia é que temos cada vez mais que trabalhar para ampliar esse cadastro, para fazer com que novamente, com transparência, as pessoas possam ser escolhidas de forma a que seja observada a competência de cada uma delas, a experiência de cada uma delas.

Acho que isso foi mal entendido, penso que há uma preocupação exagerada com o fato de que eu iria privatizar a Petrobrás. Eu não tenho nem esse poder, nem esse direito. O que existe — volto a dizer — é a avaliação das oportunidades. Não me parece razoável, hoje, montarmos uma estrutura como a que a Petrobrás ainda tem. Teríamos que montar uma estrutura diferente. Volto a dizer, não estou fazendo nada de novo. A BP está fazendo uma reforma parecida, ela está

procurando ter, ver o que é absolutamente necessário, ou seja, o próprio da empresa e o que pode ser transferido para empresas que possam prestar serviços de qualidade superior ou não.

Agora, isso é lá na BP, de acordo com o custeio da BP, que necessariamente não é igual ao nosso. Então, a minha preocupação é esta: viabilizar a Petrobrás é o problema de custo que temos, o problema de preço, mas é, também, adaptar a Petrobrás a esse problema de dinheiro curto, taxas altas.

Então, é nesse sentido que temos que procurar viabilizar a empresa agora.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, me permita, não é impertinência. Vou usar a palavra rapidamente para pedir ao Presidente que me dê uma explicação sobre uma pergunta que lhe fiz e que é fundamental, inclusive, para uma proposição que quero fazer a V. Ex<sup>a</sup> e ao ilustre Relator.

O Presidente da Petrobrás ao me responder sobre o pessoal da Interbrás e da Petrobrás, dois pontos ficaram obscuros a meu juízo. V. S<sup>a</sup> informou que a Interbrás operava montada na Petrobrás e — digamos assim tirando proveito de uma reserva de mercado.

Então, perguntaria a V. S<sup>a</sup> se com o desaparecimento da Interbrás, essa reserva de mercado também vai desaparecer, se alguém não vai ter que ocupar essa reserva de mercado. Gostaria de saber quem ocuparia e quais os critérios para quem fosse ocupá-la. E com relação ao pessoal, V. S<sup>a</sup> também não me deu uma resposta que me convencesse. Perguntei por que não aproveitar o pessoal que já está servindo a empresa holding há bastante tempo. Destaco dois aspectos: primeiro, ou esse pessoal era desnecessários e quem levou esse pessoal desnecessário para a ociosidade deve ser responsabilizado, ou esse pessoal era necessário e para o interesse da empresa, e para o interesse da paz social esse pessoal tem que ser aproveitado, porque eu me louvo num documento feito pela comissão dos empregados cedidos da Interbrás, endereçado a V. S<sup>a</sup>, Sr. Presidente, carta aberta ao Deputado José Tinoco, Presidente da CPI da Crise da Petrobrás, com cópia ao ilustre Relator.

Agora vem a minha proposição: um dos aspectos mais nebulosos da Petrobrás é a contratação de empreiteiras, particularmente de mão-de-obra, que desrespeitam flagrantemente a lei que disciplina a matéria, contratação de mão-de-obra temporária. Há pessoas na Petrobrás que estão contratadas temporariamente há dez anos. Há dez anos estão contratadas temporariamente. Há empresas de prestação de serviços que entram, Sr. Presidente, Sr. Relator, Ilustres figuras deste Parlamento, com a cara e a coragem. Agora, por que essas contratações? Ou há incompetência ou há desonestidade.

A proposta clara que faço a esta Comissão é no sentido de constituir uma comissão para ir nos locais. Essa comissão não pode ficar encastelada aqui neste ambiente, mas deve ir aos locais de trabalho da Petrobrás, ouvir

sindicatos de trabalhadores, ouvir, inclusive, chefes de setores da Petrobrás que, por questões disciplinares, não podem se rebelar, para constatar se isso não é verdade.

Há empreiteiras que têm excesso de pessoal, há empreiteiras de mão-de-obra que passam o dia inteiro nas áreas industriais sem ter o que fazer porque há excesso de pessoal. Há empreiteiras que vão para as áreas da Petrobrás sem equipamento, com pessoal inteiramente despreparado e por que continuam as contratações? Não será que tirando essas empreiteiras que ferem a lei, que deservem a empresa, haveria lugar para aproveitar esses trabalhadores que não têm culpa da incompetência das direções da empresa, gente com oito, dez, quinze anos que entrou para a empresa pela porta larga do concurso e que agora vão ser jogados na rua da amargura, Srs. Deputados? É assim que se quer consertar a Petrobrás e o País, levando ao sofrimento e à dor trabalhadores, pais de família?

Esta cata foi endereçada a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

A pergunta que faço ao Sr. Presidente é que para mim não ficou claro. Em seguida, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que se dignasse discutir essa proposta que faço, respeitosamente, a esta Comissão. Que V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com o digno Senador José Fogaça, designe uma Comissão de Parlamentares para ir às áreas da Petrobrás ouvir os sindicatos que representam os trabalhadores e até chefes de setores da Petrobrás para verificar como é nebuloso e como é danoso para a empresa a contratação de empreiteiras por parte da Petrobrás.

Por último, fazer um breve comentário ao meu querido Vice-Presidente, companheiro de luta, Benedito Monteiro. Lembrar, apenas, que o Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros, o Sr. Luiz Fernando Maia, ao depor nesta Comissão, realçou e destacou a importância dos trabalhos desta Comissão e, conseqüentemente, o nosso trabalho no sentido de ajudar a tirar a Petrobrás da crise. Sei que isso é oportuno porque sei que V. Ex<sup>a</sup>, meu ilustre e querido companheiro Benedito, concorda com isso, que a atuação aqui do Presidente da Federação, aqui e lá nos boletins sindicais foi no sentido de realçar o trabalho sério que esta Comissão, através de seus membros, vem fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder, mais uma vez, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Presidente Luís Octávio da Motta Veiga.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Quanto à reserva de mercado, ela existe, reafirmo. A Interbrás sem a Petrobrás não é ninguém; o cartão dos funcionários da Interbrás tem Petrobrás embaixo. O importante é a logomarca da Petrobrás chegar no exterior onde ela é conhecida, o losango da Petrobrás. Então, eu diria que a Interbrás sem a Petrobrás seria mais uma trading, não seria a trading que é.

Esse seria o primeiro ponto que gostaria de colocar. O segundo aspecto, é que ninguém tem reserva de mercado. Muito abrangentemente poderia dizer o seguinte: a Petrobrás vai negociar com os países produtores a compra de petróleo no ano. Compramos vamos fazer em números absolutos — mil; desses mil pagamos 800 em dinheiro, 200 em contrapartida. O que vai ser feito? O que se pretende seja feito, é uma idéia que estamos discutindo. Vamos ter uma discussão grande na empresa, na sexta-feira. Vamos pegar esses duzentos e vamos ver o seguinte — vou fazer só um parêntese — é evidente que a contrapartida sai mais cara do que comprar o óleo na bucha. Quer dizer, se chego no país produtor e digo: quero comprar os mil barris, por mil dólares. Eu pago mais barato do que fazer esse negócio — eu pago oitocentos dólares pelos oitocentos barris e deixo os duzentos dólares para pagar em contrapartida. Então, aqueles duzentos dólares não vão me custar duzentos dólares; vão me custar duzentos e cinquenta dólares aqueles duzentos barris.

O que pretendo fazer, qual é a nossa idéia? Nós fechamos esse pacote, voltamos para cá, fazemos um leilão desse negócio, dizendo o seguinte: olha, eu tenho aqui uma parcela de duzentos barris para serem trocados por produtos. Quem é que me dá o preço mais parecido e de acordo com que, por exemplo, o Iraque me pede, que é um mix de produtos: carne, açúcar, enfim. Vou chamar as tradings e dizer o seguinte: quem é que me dá o preço, quem é que exporta esse plantel de produtos pelo preço mais próximo daquele que eu paguei pelo óleo?

O que acho, nobre Deputado, é que temos que trabalhar na Petrobrás, em benefício da Petrobrás, operando essas coisas em benefício da Petrobrás. Não é nem nunca foi meu intuito beneficiar ninguém. Hoje, meu intuito é beneficiar a Petrobrás. O que for o melhor para a Petrobrás, tenho certeza que vai ser feito.

Tem saído muita notícia no jornal de que existem tradings interessadas — se são fortes, ótimo! Têm condição de barganha? Ótimo! Vão entrar em condições iguais a qualquer outra trading para tentar baixar o produto que pago.

Hoje, quando vendo pela Interbrás um produto de contrapartida, não sei se estou pagando o menor preço. Vamos ver agora com a trading privada, porque aí é muito claro. Aquilo que ele pagou por um, ele está me pagando um e vinte. Os outros ofereceram um e vinte e um, um e vinte e dois, um e vinte e três. Então vai ser um leilão para baixo. Quem me der o preço mais próximo daquilo que paguei, entrego a ele parte, todo, o que for mais econômico. Reserva de mercado em hipótese nenhuma. Sou totalmente contrário à reserva de mercado.

O SR. MÁRIO LIMA — Mas ainda não ficou claro. Desculpe a insistência. Acho que é um negócio de dois e meio bilhões de dólares que era feito por uma empresa do Estado,

que era fiscalizada por este Parlamento, que era fiscalizada pelo Tribunal de Contas e agora vai para uma empresa privada.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Para uma não, para várias.

O SR. MÁRIO LIMA — Então, a minha preocupação — e creio que será de todos nós — é que sabemos que neste País o poder ainda se exerce. Ainda não mudou inteiramente como querem propalar, em função de interesses de grupos.

A minha pergunta objetiva é a seguinte: isso vai funcionar, admito que funcione como V. S<sup>a</sup> sonha, como V. S<sup>a</sup> deseja fazer. Isso seria transparente, consultaria os interesses desta Nação. Agora, pergunto: se na hora de fazer isso, por exemplo, o Iraque — vou objetivar porque esse é um assunto que me preocupa muito, como Parlamentar e como empregado da companhia — o Iraque, por exemplo, tem grandes negócios, inclusive importa fibras de sisal. Conheço a luta de bastidores para exportar essas fibras de sisal, que é um negócio altamente lucrativo. Admitamos que na hora de fechar esse negócio, setores do Governo lhe pressionem para dar a uma determinada trading, como é que V. S<sup>a</sup> vai se comportar?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Eu deixo a Petrobrás.

O SR. MÁRIO LIMA — A resposta me satisfaz, Sr. Presidente.

Pediria ao Sr. Presidente, no momento em que julgasse oportuno, que pusesse em discussão e votação a minha proposta: V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com o ilustre Relator, constituir uma Comissão para visitar *in loco* as unidades da Petrobrás, a fim de verificar se há possibilidade de, sem prejuízo dos interesses da empresa, aproveitar alguns dos trabalhadores, deslocando da Petrobrás trabalhadores temporários que estão contratados até há 10 anos, em flagrante desrespeito à lei.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Nobre Deputado, eu gostaria, primeiramente, de conceder a palavra ao Relator da Comissão, o nobre Senador José Fogaça, que gostaria também de fazer solicitações ao Presidente da Petrobrás, Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente da Petrobrás, Srs. Deputados e Senadores membros da Comissão: antes de entrar no assunto objeto da minha intervenção, eu gostaria de sugerir ao Deputado Mário Lima que deixássemos essa questão para uma futura e breve, seguramente, reunião interna que faremos, a fim de avaliar o estágio, o patamar atingido por esta Comissão.

Aí poderíamos considerar a sua proposta que entendo ser altamente benéfica para os nossos trabalhos e para os objetivos desta Comissão.

Antes de mais nada, quero fazer três perguntas objetivas e rápidas ao Presidente da Petrobrás que me pareceram necessárias no

próprio desdobramento da sua exposição. V. S<sup>a</sup> disse que a crise hoje está superada — usou esta expressão. Falou a crise da Petrobrás, e depois disse, hoje superada. Então, apenas coloco o ponto de interrogação. A crise na Petrobrás está superada, ou seja, as condições objetivas que geraram a crise estão superadas ou em fase de superação? Mais uma pergunta, poderia respondê-las todas juntas. Sabemos que o Banco Central — embora aparentemente isso não seja tão claro está com o controle do chamado câmbio livre ou flutuante. Ele é o único comprador. Então ele estabelece as condições pelas quais fluam as taxas de câmbio. Tivemos duas máximas, praticamente, que elevaram de forma considerável a taxa de câmbio livre em nosso País. que prejuízos isso causa a Petrobrás como grande importadora? A terceira pergunta é: V. S<sup>a</sup> disse que reduziu o quadro de assessoria superior em 43 funcionários. Qual a destinação desses funcionários nessa decisão de reduzir? São três perguntas e, depois, gostaria de usar a palavra em função de um pedido que pretendo fazer a V. S<sup>a</sup>

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Senador, quanto à crise eu diria o seguinte: ela está superada no que diz respeito ao nosso déficit de caixa. Hoje, apesar de estarmos com um déficit superior àquele histórico de 500 a 700 milhões de dólares — na ordem de 900 milhões de dólares — eu diria, vendo pelo lado otimista, que no final do mês de maio — e nesse particular é importante ressaltar, a crise era de caixa; que é um crise grave e de certa forma está sendo equacionada — mas para o final de maio estará equacionada.

Se o equacionamento dessa crise resolve o problema de investimento da empresa, resolve o papel que ele tem que cumprir, estratégico; tentar chegar a ser a principal produtora de óleo consumido no Brasil; não.

O problema de investimento tem que ser revisto ainda. Não temos, hoje, condições de dizer que essa crise está superada. Talvez, V. Ex<sup>a</sup> tenha razão! Essa é a principal crise. Crise de caixa é alarmante, é emergencial que se resolve; mas a grande crise da Petrobrás não está superada no sentido de que temos que achar soluções para viabilizar os nossos projetos. Alguns estão em vias de serem resolvidos, mas eu não poderia dizer que a crise, nesse particular, está superada.

Com relação ao câmbio, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. O que nos leva a uma pequena defasagem de 6,20 em relação ao CIF de importação e o que nós comercializamos. É uma defasagem pequena, não é uma defasagem que nos assusta, já chegou a mais de trinta, mas é uma coisa a ser negociada com o Governo.

Quanto à destinação dos funcionários, eles voltam ao quadro das empresas sem ter remuneração, sem ter as gratificações que eram atribuíveis a esses cargos de assessoramento que foram extintos.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Apenas um adendo. Neste caso do câmbio esses preços agora vigentes foram estabelecidos pe-

lo novo Governo. Essa defasagem ou se dá na redução da taxa de câmbio ou se dá via elevação dos preços. Qual a proposta que o Senhor, como Presidente da Petrobrás, tem e levaria à Ministra da Economia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Câmbio é algo que não é determinado somente por conjunturas internas, eu diria que teria que ser necessariamente por elevação de preços.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Sr. Presidente, Colegas, quero crer estamos chegando a uma fase, um estágio decisivo desta Comissão e o papel desta Comissão, se bem interpreto os objetivos e pretensão da Deputada Abigail Feitosa, ao iniciar a lista de assinaturas que gerou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, é de fazer uma investigação profunda, criteriosa e verdadeira das causas maiores da crise financeira da empresa, crise que levou a déficits de caixa e déficits de investimentos.

A empresa teve que comprometer os seus horizontes de crescimento e de expansão para atender à demanda na próxima década. Então, a crise de fato não está superada, ela existe e possivelmente terá ainda um longo prazo a ser vencido e a ser superado.

A discussão hoje travada aqui pelos Srs. Deputados, Srs. Senadores e também pelo Presidente da Petrobrás versa, em alguns momentos, sobre o que é mais barato e mais caro para a empresa, ou seja, a questão dos custos.

O nobre Deputado Mário Lima citou empreiteiras contratadas a custos onerosos, segundo o seu depoimento, convocando inclusive os Membros da CPI para verificarem in loco, ouvindo testemunhas desse fato.

O Presidente da Petrobrás também aqui trouxe claramente a sua visão, que não é extremamente objetiva, no sentido de dizer que aquilo que for mais barato para a empresa, aquilo que for mais interessante para os objetivos centrais da empresa que são de crescer, produzir, ter lucro, é o que será feito. Se tiver que contratar, contrata; se tiver que alugar, aluga; se tiver que operar, opera. Portanto, esta me parece uma visão que fica muito clara, muito visível a todos nós.

O nobre Deputado Mauro Campos há pouco me alertava e me chamava a atenção sobre uma questão importante que é a inviabilidade econômico-financeira da empresa. Essas questões ainda, nobre Deputado Bocayuva Cunha, V. Ex<sup>a</sup> que entende que já temos elementos suficientes, que entende que já temos material suficiente para um julgamento ou para um relatório final, quero crer que essas questões ainda têm que ser ponderadas de forma mais aprofundada e de forma mais crítica.

De todos os depoimentos e palestras que aqui tivemos, nós recebemos uma visão da política macroeconômica, e como a Petrobrás se subordinou a essa política, a esse contexto econômico, ou seja, ela foi inteiramente colocada nas mãos do Ministro da Fazenda que geriu diretamente, inclusive as tarifas. Conse-

qüentemente, nós temos hoje uma visão muito mais nítida, muito menos nebulosa a respeito da política macroeconômica, mas acho que a nossa análise terá que se prender a três pontos essenciais.

Como a Petrobrás se inseriu nos erros e nas contradições da recente política macroeconômica, quais são os problemas da gestão da política financeira interna da empresa, questão de prazos de pagamento e outras questões que foram sendo aqui reveladas ao longo do nosso trabalho e me parece que nesse plano há problemas ainda. O nobre Deputado Bocayuva Cunha pode, solicita ao Presidente uma planilha sobre preços e prazos, porque ainda não estão claros os preços, prazos, custos financeiros; ainda não está claro para esta Comissão o que mudou, o que isso significa e o quanto isso pesa no resultado final.

Parece-me que ainda há um outro ponto que fica pendente e sem o qual esta Comissão poderá formular um juízo, um parecer responsável e patriótico, que é uma avaliação de desempenho, ou seja, a viabilidade econômico-financeira da empresa, as condições pelas quais ela se sustenta necessitam também de uma avaliação de desempenho, a relação do custo e do benefício.

Os custos de exploração, ainda não estão claros, vários depoimentos foram contraditórios, desde o Senador Roberto Campos até ex-presidentes da empresa; custos operacionais, custos financeiros, custos de obras contratadas, análise de viabilidade de investimentos.

É por isso que o Relator quer propor a esta Comissão — e o faz aqui diante do Presidente — que nós venhamos a requerer da Petrobrás informações explícitas, detalhadas nesse plano para que nós, num quadro que compreenderá três pontos: a política macroeconômica e a Petrobrás, a política financeira da empresa e uma avaliação de desempenho, possamos formular o parecer que não será obra deste Senador, mas seguramente será obra conjunta de todos os Membros da Comissão.

O SR. MÁRIO LIMA — V. Ex<sup>a</sup> me permite uma intervenção?

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Aqui me valho desta oportunidade para comunicar ao Presidente da Petrobrás que o Presidente da Comissão assinará e enviará a V. S<sup>a</sup>, em um ou dois dias possivelmente, um requerimento neste sentido: para que tenhamos essa planilha de informações, pois aqui várias vezes, pelo Deputado Mário Lima, foi usada a expressão “caixa preta”.

O que uma empresa estatal não pode ser para a opinião pública e para o Congresso Nacional é “caixa preta”. Aliás, a dificuldade maior que este Congresso sempre teve para defender as empresas estatais necessárias, não só do ponto de vista estratégico, mas necessária à própria Nação, ao próprio País como um todo; não só do ponto de vista da estratégia econômica, mas ao País, como um

País que deva ser respeitado, que deva ser considerado no cenário internacional, o que nos faltou sempre foram informações.

Quando aqui vieram funcionários da Petrobrás para defender a empresa, no momento da sua extinção, o mais grave de tudo é que os Parlamentares careciam de informações, porque as empresas estatais brasileiras são "caixa preta" para a opinião pública. Esta expressão é do Deputado Mário Lima.

Aqui, precisamos desses elementos, porque, de posse deles, podemos fazer aquilo que é nosso dever, ou seja, apresentar ao País, ao Congresso Nacional, um parecer que seja fundamentado na verdade, no julgamento criterioso e patriótico.

O SR. MÁRIO LIMA — V. Ex<sup>a</sup> me permite uma breve intervenção?

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Pois não.

O SR. MÁRIO LIMA — Pelos depoimentos que foram prestados aqui pelos dirigentes das companhias, pelo Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros, pelo Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás há evidências muito grandes de que a gestão de recursos humanos da Petrobrás não está dentro do que há de mais moderno e eficaz. Eu trouxe fatos, inclusive, um documento, pelos quais assumo a responsabilidade, porque não se pode entender que uma empresa que no período de um ano tem quatro greves nacionais e duas regionais e tenha — não quero aqui atribuir culpa a quem quer que seja; estou trazendo fatos que evidenciam que esse relacionamento não está bom, que esse relacionamento não está dentro dos padrões modernos de gestão — gestão moderna e eficaz.

Creio que este fato deve merecer também de V. Ex<sup>a</sup>, ilustre e digno Relator, uma preocupação. Não adianta colocar rios de dinheiro

e equipamentos e essa empresa não ter uma harmonia para trabalhar. Os presidentes e diretores passam; há presidentes que não ficam meses, há diretores que passam meses e não podem dar assistência à empresa. Então, acho que V. Ex<sup>a</sup>, com sua formação, vai analisar esse aspecto com muito carinho e fazer recomendações para que as coisas melhorem.

O SR. RELATOR (José Fogaça) — Não há dúvida, Deputado Mário Lima, de que levaremos tudo isso em consideração na feita, na confecção do Relatório. E se entender o conjunto deste Plêniário que devamos introduzir mais este elemento, o faremos, porque o Relatório não pretende ser obra apenas de duas mãos.

Para encerrar, Sr. Presidente, a minha exposição pretendeu exatamente ser feita agora e diante do Presidente da Empresa, porque pretendo ter dele, neste sentido, a melhor e a maior colaboração, uma vez que está lá como representante do povo brasileiro. Não se trata de um técnico qualificado, como reconhecidamente é; não se trata de um homem de conduta ilibada, probo, competente, mas se trata de um homem que representa um Governo eleito pela vontade popular: A Petrobrás está subordinada, neste País, à vontade do povo brasileiro. Sua autoridade e sua legitimidade são, neste caso, absolutamente incontestáveis para tomar as atitudes e iniciativas nesse sentido.

Então, a minha colocação final seria de ter de V. S<sup>a</sup> essa colaboração que seguramente vai dar a esta CPI fundamentos, matéria para uma forma judiciosa de elaborarmos nosso parecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Presidente Luís Otácio Motta Veiga.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA — Como eu já havia falado com o Deputado Bocayuva Cunha, coloco-me à disposição desta Comissão, do Sr. Relator, dos demais conferencistas e diria o seguinte: não só terão colaboração da minha parte e dos empregados da Petrobrás, como faço questão de, quando me proponho a colaborar, dar prazo para a colaboração. Então, V. Ex<sup>a</sup> pode estar certo de que não só terão esta colaboração, como terão a pronta colaboração no que diz respeito ao que pudermos fornecer de dados e informações para a avaliação correta, fria do que está acontecendo, a fim de que possamos contar com V. Ex<sup>as</sup> para superarmos, como bem já ressaltou, essa problemática de investimento que ainda persiste na Petrobrás.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao dizer que essa crise ainda não está superada. Precisamos superar situações e conjunturas como as que ocorreram o ano passado, com relação aos preços. Para que V. Ex<sup>as</sup> possam nos ajudar, precisam ter todas as informações necessárias, de maneira pronta e rápida. Da minha parte e da minha Diretoria, podem contar com a nossa colaboração. É fundamental que a Petrobrás possa ter nesta Casa um veículo das suas aflições e das suas alegrias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Ao encerrar, gostaria de agradecer ao Presidente Luís Octávio da Motta Veiga pela brilhante exposição com que nos brindou esta manhã, pela forma inteligente e direta com que respondeu às perguntas dos Srs. Deputados e Senadores e a sua equipe técnica que aqui compareceu, dando as melhores informações para que esta Comissão possa, realmente, encontrar a forma de ajudar a empresa e o País.

Fica marcada para a próxima quarta-feira, dia 2 de maio, a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... Cr\$ 1.069,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... Cr\$ 1.069,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**